

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS P₁ E P₂ --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1-I

A ESTRUTURA FEDERALISTA: aspectos políticos e econômicos

De modo geral, as vantagens do federalismo podem ser observadas sob dois aspectos: o político e o econômico. Politicamente, a descentralização de poder funcionaria como um catalizador da *accountability*, ao deslocar para o âmbito vertical todas aquelas vantagens propugnadas por Montesquieu quanto à tripartição de poderes e à instituição de freios e contrapesos. Confere-se assim uma maior proteção aos direitos individuais contra o leviatã estatal.

Sob o aspecto econômico, o sistema federalista pode ser visto como um complexo contrato entre os entes federados. O aumento da eficiência seria resultado de sua capacidade tanto de resolver os problemas de alocação de recursos, assimetria de informação e externalidades, quanto de prevenir comportamentos estratégicos, como no clássico dilema dos prisioneiros.

Entretanto, o que se verifica na prática é que diversos sistemas federalistas vêm sofrendo com as constantes crises fiscais de seus entes subnacionais. Ao retratar as falhas observadas pelos teóricos do federalismo fiscal em uma matriz de incentivos, o denominado “jogo do resgate” pretende elucidar os principais instrumentos institucionais e políticos que estabelecem as condições que geram o ciclo vicioso de irresponsabilidade fiscal, minando o equilíbrio e as vantagens de um sistema federalista.

A.Q.D. Echeverría e G.F. Ribeiro. O Supremo Tribunal Federal como árbitro ou jogador? As crises fiscais dos estados brasileiros e o jogo do resgate. In: Revista Estudos Institucionais, v. 4, n.º 2, p. 642-71, 2018. Internet: <www.estudosinstitucionais.com> (com adaptações).

Questão 1

Assinale a opção correta com base no que é apresentado no texto CB1A1-I acerca da estrutura federativa.

- Ⓐ O federalismo é imune às crises dos entes que compõem a estrutura federativa.
- Ⓑ O sistema federalista funciona como uma relação comercial entre os entes federados, em que há compradores e vendedores.
- Ⓒ O federalismo será tanto mais eficiente economicamente quanto mais for capaz de resolver problemas de destinação de recursos.
- Ⓓ Um dos resultados garantidos pelo pacto federativo é a elucidação dos principais instrumentos que geram o ciclo vicioso de irresponsabilidade fiscal.

JUSTIFICATIVAS

A - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item incorreto.** De acordo com o texto, as crises que afetam os entes federativos geram impactos no federalismo.*/

B - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item incorreto.** Embora haja menção a relação comercial, o texto não se refere a "compradores e vendedores".*/

C - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item correto.** Literalmente, o texto afirma que: "Sob o aspecto econômico, o sistema federalista pode ser visto como um complexo contrato entre os entes federados. O aumento da

eficiência seria resultado de sua capacidade de resolver tanto os problemas de alocação de recursos, "*/

D - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item incorreto.** O texto não considera a informação citada como resultado garantido do pacto federativo. */

Questão 2

Em relação ao texto CB1A1-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os aspectos políticos e econômicos do federalismo são tratados de modo equânime no texto.
- Ⓑ De acordo com o texto, a estrutura federativa desestimula o funcionamento democrático dos poderes.
- Ⓒ Conclui-se da leitura do texto que os aspectos econômicos são, na dinâmica do federalismo, mais determinantes que os aspectos políticos.
- Ⓓ Evidencia-se, no texto, um posicionamento contrário ao federalismo.

JUSTIFICATIVAS

A - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item correto.** O texto aborda equanimemente os aspectos políticos e econômicos do tema central. */

B - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item incorreto.** O texto afirma precisamente o contrário, isto é: o federalismo estimula o funcionamento democrático dos poderes.*/

C - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item incorreto.** Não se estabelece no texto escala de valores quanto aos aspectos políticos e econômicos da questão federativa.*/

D - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item incorreto.** O texto não se posiciona contrariamente ao pacto federativo, limitando-se a apresentar e discutir seus aspectos político e econômico.*/

Questão 3

É correto classificar o texto CB1A1-I, quanto ao gênero textual, como

- Ⓐ jurídico.
- Ⓑ normativo.
- Ⓒ jornalístico.
- Ⓓ acadêmico.

JUSTIFICATIVAS

A - 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. **Item incorreto.** Como se pode perceber por sua estrutura, sua linguagem e suas referências, o texto pertence ao gênero acadêmico, sendo impropriedade considerá-lo como "jurídico".*/

B - 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. **Item incorreto.** Como se pode perceber por sua estrutura, sua linguagem e suas referências, o texto pertence ao gênero acadêmico, sendo impropriedade considerá-lo como "normativo".*/

C - 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. **Item incorreto.** Como se pode perceber por sua estrutura, sua linguagem e suas referências, o texto pertence ao gênero acadêmico, sendo impropriedade considerá-lo como "jornalístico".*/

D - 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. **Item correto.** Como se pode perceber por sua estrutura, sua linguagem e suas referências, o texto pertence ao gênero acadêmico.*/

Questão 4

No segundo período do segundo parágrafo do texto CB1A1-I, a expressão “sua capacidade” recupera a ideia expressa, no referido parágrafo, por

- A “entes federados”.
- B “sistema federalista”.
- C “aspecto econômico”.
- D “complexo contrato”.

JUSTIFICATIVAS

A - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **Item incorreto.** A expressão em tela refere-se à capacidade do “sistema federalista” de “resolver” e “prevenir”.*/

B - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **Item correto.** A expressão em tela refere-se à capacidade do “sistema federalista” de “resolver” e “prevenir”.*/

C - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **Item incorreto.** A expressão em tela refere-se à capacidade do “sistema federalista” de “resolver” e “prevenir”.*/

D - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **Item incorreto.** A expressão em tela refere-se à capacidade do “sistema federalista” de “resolver” e “prevenir”.*/

Questão 5

Assinale a opção em que é apresentada proposta de reescrita gramaticalmente correta para trecho extraído do texto CB1A1-I.

- A “ao deslocar para o âmbito vertical todas aquelas vantagens” (segundo período do primeiro parágrafo) — **quando desloca-se para o âmbito vertical todas aquelas vantagens**
- B “à tripartição de poderes e à instituição de freios e contrapesos” (segundo período do primeiro parágrafo) — **a tripartição de poderes e instituição de freios e contrapesos.**
- C “o sistema federalista pode ser visto como um complexo contrato entre os entes federados” (primeiro período do segundo parágrafo) — **podem-se ver o sistema federalista como um complexo contrato pelos entes federados**
- D “o que se verifica na prática é que diversos sistemas federalistas” (primeiro período do terceiro parágrafo) — **verificando-se na prática que diversos sistemas federalistas**

JUSTIFICATIVAS

A - 5.5 Concordância verbal e nominal.

5.8 Colocação dos pronomes átonos. **Item incorreto.** A proposta de reescrita prejudica a correção gramatical do texto no que se refere à colocação pronominal e à concordância verbal.*/

B - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. **Item correto.** Não há incorreção nas estruturas gramaticais em questão em relação ao emprego do sinal indicativo da crase dada a possibilidade de tomar como genéricas as expressões.*/

C - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.

5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. **Item incorreto.** A proposta de reescrita prejudica a correção gramatical do texto no que se refere à concordância verbal.*/

D - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. **Item incorreto.** A proposta de reescrita prejudica a correção gramatical do texto no que se refere à relação de subordinação entre as orações, visto

que o emprego da forma nominal de gerúndio causa truncamento sintático no período.*/

Espaço livre

Texto CB1A1-II

Federalismo brasileiro desconcentra receitas

A proposta de emenda constitucional (PEC) que trata do pacto federativo almeja, entre outros objetivos, aumentar, ao longo do tempo, a fatia de recursos tributários destinada a estados e municípios, em detrimento da União. A justificativa comum para essa redistribuição de verbas é a de que o princípio federativo inscrito na Constituição Federal de 1988 (CF) teria sido deturpado pelo gigantismo da esfera federal.

Estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), todavia, mostra que no Brasil os entes subnacionais têm participação de 56,4% no total dos tributos arrecadados. A cifra está acima da média dos países pesquisados (49,5%). Estados e municípios brasileiros obtêm o equivalente a 22% do PIB, contra uma média internacional de 17,4%. Se a comparação for feita entre nações com nível de renda semelhante, a distância do Brasil em relação à média aumenta ainda mais.

Nas últimas décadas, o governo central veio elevando a carga das chamadas contribuições sociais, como PIS, COFINS e CSLL, para obter mais recursos. Esse fato também impulsiona as críticas ao que se considera “a voracidade tributária” da União.

O que a Receita Federal recolhe com tal classe de tributos tem a particularidade legal de, diferentemente do que ocorre, por exemplo, com o Imposto de Renda, não ter de ser compartilhado com estados e municípios.

O outro lado da moeda é que as necessidades financeiras do governo central para arcar com a seguridade social também aumentaram no período. Em particular, destaquem-se os gastos obrigatórios para cobrir o déficit da previdência, abono salarial, seguro-desemprego e o benefício de prestação continuada, que cresceram muito em períodos recentes.

As contribuições são o dispositivo previsto em lei para que a União faça frente às despesas da seguridade social, que compreende, como estabelecido na CF, os direitos relativos à previdência, à assistência social e à saúde.

Benefícios como aposentadorias, pensões e seguro-desemprego são transferidos diretamente do Tesouro Nacional para as pessoas que se enquadram na legislação para recebê-los. O recurso não fica disponível para que o governo federal o utilize para outras finalidades.

Quando os gastos obrigatórios da seguridade social aumentam em relação à arrecadação das contribuições, as demais despesas da seguridade social, a exemplo das despesas com saúde, devem ser cobertas por outras fontes de receita.

Insper Conhecimento, nov. 2019. Internet: <www.insper.edu.br> (com adaptações).

Questão 6

De acordo com o texto CB1A1-II,

- A a abrangência da esfera federal se deve ao princípio federativo inscrito na carta magna.
- B a “voracidade” fiscal da União tem relação com o aumento de necessidades financeiras obrigatórias.
- C os estados e municípios almejam uma proporção idêntica à da União no que se refere à distribuição de recursos.
- D o objetivo da PEC que trata do pacto federativo é reduzir a disparidade entre o Brasil e outras nações com nível de renda semelhante, conforme atestado pelo estudo da OCDE.

JUSTIFICATIVAS

A - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item incorreto.** O texto não informa que a abrangência da União está inscrita na Constituição.*/

B - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item correto.** O texto indica literalmente que: "O outro lado da moeda é que as necessidades financeiras do governo central para arcar com a seguridade social também aumentaram no período."*/

C - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item incorreto.** O texto não indica que os estados e municípios pretendem se equiparar à União.*/

D - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item incorreto.** O estudo citado no texto não está vinculado a nenhuma iniciativa de correção de disparidades mencionadas.*/

Questão 7

Considerando informações explícitas bem como pressupostos e subentendidos do texto CB1A1-II, assinale a opção correta.

- A A posição assumida no texto é favorável à proposta da PEC que trata do pacto federativo.
- B De acordo com o texto, a aprovação da PEC que trata do pacto federativo aumentará as desvantagens de estados e municípios em relação à União.
- C Há no texto uma problematização da relação entre estados, municípios e União, no que diz respeito à discussão da PEC que trata do pacto federativo.
- D No texto, a destinação de recursos não arrecadados em fontes distintas da União para arcar com despesas de seguridade social é considerada incorreta.

JUSTIFICATIVAS

A - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item incorreto.** O texto não exprime ponto de vista favorável à PEC.*/

B - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item incorreto.** Infere-se do texto que haverá mais vantagens para estados e municípios com a referida PEC.*/

C - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item correto.** O texto problematiza dados e fatos relacionados ao pacto federativo, aproveitando o ensejo da discussão da PEC citada no primeiro parágrafo.*/

D - 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. **Item incorreto.** O texto afirma, em seu último parágrafo, que: "Quando os gastos obrigatórios da seguridade social aumentam em relação à arrecadação das contribuições, as demais despesas da seguridade social, a exemplo das com saúde, devem ser cobertas por outras fontes de receita."*/

Questão 8

No que se refere às tipologias textuais presentes no texto CB1A1-II, assinale a opção correta.

- A Combinam-se no texto dispositivos textuais argumentativos e expositivos.
- B Há no texto elementos descritivos e argumentativos que se equivalem no que diz respeito à função textual.
- C Predominam no texto recursos textuais narrativos combinados a características dissertativas.
- D Os recursos textuais argumentativos estão subordinados à progressão narrativa do texto.

JUSTIFICATIVAS

A - 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. **Item correto.** O texto é predominantemente dissertativo, com elementos residuais de argumentação.*/

B - 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. **Item incorreto.** No texto não se encontram elementos descritivos.*/

C - 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. **Item incorreto.** No texto não se encontram recursos narrativos em condição de predominância relativamente a outros elementos.*/

D - 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. **Item incorreto.** No texto não se encontram recursos narrativos em condição de predominância relativamente a outros elementos.*/

Questão 9

O emprego da conjunção “todavia” no início do segundo parágrafo estabelece, entre esse e o primeiro parágrafo, relação de sentido

- A adversativo.
- B aditivo.
- C conclusivo.
- D causal.

JUSTIFICATIVAS

A - 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. **Item incorreto.** "Todavia" é conjunção coordenativa adversativa. São seus sinônimos: "mas, contudo, porém, no entanto, entretanto".*/

B - 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. **Item incorreto.** "Todavia" é conjunção coordenativa adversativa. São seus sinônimos: "mas, contudo, porém, no entanto, entretanto".*/

C - 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. **Item incorreto.** "Todavia" é conjunção coordenativa adversativa. São seus sinônimos: "mas, contudo, porém, no entanto, entretanto".*/

D - 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. **Item correto.** "Todavia" é conjunção coordenativa adversativa. São seus sinônimos: "mas, contudo, porém, no entanto, entretanto".*/

Questão 10

Considerando o título do texto CB1A1-II e seu núcleo fundamental de conteúdo — federalismo brasileiro —, assinale a

opção em que as expressões transcritas retomam essa mesma ideia e operacionalizam a progressão temática no texto.

- A “princípio federativo” e “esfera federal” (ambas no último período do primeiro parágrafo)
- B “entes subnacionais” (primeiro período do segundo parágrafo) e “governo central” (primeiro período do terceiro parágrafo)
- C “pacto federativo” (primeiro período do primeiro parágrafo) e “entes subnacionais” (primeiro período do segundo parágrafo)
- D “pacto federativo” (primeiro período do primeiro parágrafo) e “princípio federativo” (último período do primeiro parágrafo)

JUSTIFICATIVAS

A - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **Item incorreto.** Considerando o núcleo expresso pelo termo "Federalismo brasileiro" no título, os dois termos que o recuperam textualmente para progressividade de ideias são: "Pacto federativo" e "princípio federativo"*/

B - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **Item incorreto.** Considerando o núcleo expresso pelo termo "Federalismo brasileiro" no título, os dois termos que o recuperam textualmente para progressividade de ideias são: "Pacto federativo" e "princípio federativo"*/

C - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **Item incorreto.** Considerando o núcleo expresso pelo termo "Federalismo brasileiro" no título, os dois termos que o recuperam textualmente para progressividade de ideias são: "Pacto federativo" e "princípio federativo"*/

D - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. **Item correto.** Considerando o núcleo expresso pelo termo "Federalismo brasileiro" no título, os dois termos que o recuperam textualmente para progressividade de ideias são: "Pacto federativo" e "princípio federativo"*/

Questão 11

Assinale a opção que apresenta proposta de substituição para a expressão “Em particular” (segundo período do quinto parágrafo do texto CB1A1-II) adequada ao contexto.

- A Privadamente
- B Pessoalmente
- C Singularmente
- D Habitualmente

JUSTIFICATIVAS

A - 6.1 Significação das palavras. **Item incorreto.** O advérbio que substitui a expressão referida considerando seu contexto é "singularmente", não sendo procedente considerar a hipótese de substituição por "privadamente".*/

B - 6.1 Significação das palavras. **Item incorreto.** O advérbio que substitui a expressão referida considerando seu contexto é "singularmente", não sendo procedente considerar a hipótese de substituição por "pessoalmente".*/

C - 6.1 Significação das palavras. **Item correto.** O advérbio que substitui a expressão referida considerando seu contexto é "singularmente", cujo sentido pode ser recuperado através da noção de "particularmente".*/

D - 6.1 Significação das palavras. **Item incorreto.** O advérbio que substitui a expressão referida considerando seu contexto é

"singularmente", não sendo procedente considerar a hipótese de substituição por "habitualmente".*/

Questão 12

No sexto parágrafo do texto CB1A1-II, a flexão da forma verbal “compreende” na terceira pessoa do singular justifica-se, do ponto de vista semântico e sintático, pela concordância do verbo com o vocábulo

- A “União”.
- B “dispositivo”.
- C “lei”.
- D “seguridade social”.

JUSTIFICATIVAS

A - 5.5 Concordância verbal e nominal. **Item incorreto.** O termo anterior que concorda com o verbo "compreende" é "seguridade social". "União" é termo que não se vincula sintaticamente ao verbo.*/

B - 5.5 Concordância verbal e nominal. **Item incorreto.** O termo anterior que concorda com o verbo "compreende" é "seguridade social". "Despesas" é termo no plural que não se vincula sintaticamente ao verbo.*/

C - 5.5 Concordância verbal e nominal. **Item incorreto.** O termo anterior que concorda com o verbo "compreende" é "seguridade social". "Dispositivo" é termo que não se vincula sintaticamente ao verbo.*/

D - 5.5 Concordância verbal e nominal. **Item correto.** O termo anterior que concorda com o verbo "compreende" é "seguridade social".*/

Text CB1A2-I

Although an oft-cited poll showed that 85% of Americans approve of organ donation, less than half had made a decision about donating, and fewer still (28%) had granted permission by signing a donor card, a pattern also observed in Germany, Spain, and Sweden. Given the shortage of donors, the gap between approval and action is a matter of life and death.

What drives the decision to become a potential donor? Within the European Union, donation rates vary by nearly an order of magnitude across countries and these differences are stable from year to year. Even when controlling for variables such as transplant infrastructure, economic and educational status, and religion, large differences in donation rates persist. Why?

Most public policy choices have a no-action default, that is, a condition is imposed when an individual fails to make a decision. In the case of organ donation, European countries have one of two default policies. In presumed-consent states, people are organ donors unless they register not to be, and in explicit-consent countries, nobody is an organ donor without registering to be one.

We examined the rate of agreement to become a donor across European countries with explicit and presumed consent laws. If preferences concerning organ donation are strong, we would expect defaults to have little or no effect. However, defaults appear to make a large difference: the four opt-in countries (Denmark, Netherlands, United Kingdom, Germany) had lower rates than the six opt-out countries (Austria, Belgium, France, Hungary, Poland, Portugal, Sweden). The two distributions have no overlap, and nearly 60 percentage points separate the two groups

Our data suggest changes in defaults could increase donations in the United States of additional thousands of donors a year. Because each donor can donate for about three transplants, the consequences are substantial in lives saved. Our results stand in contrast with the suggestion that defaults do not matter. Policy-makers performing analysis in this and other domains should consider that defaults make a difference.

Eric J. Johnson; Daniel Goldstein. *Do Defaults Save Lives?*
Internet: <www.dangoldstein.com> (adapted).

Questão 13

Considering the data about the American population and their preferences regarding organ donation, presented in the first paragraph of text CB1A2-I, choose the correct option.

- A 85% have chosen to become organ donors.
- B 28% have authorized the donation of their organs.
- C 72% have decided not to become organ donors.
- D 50% have decided to donate their organs.

JUSTIFICATIVAS

A - 1_Alternativa incorreta. O texto afirma que 85% é a proporção de americanos entrevistados que aprovam a ideia de doação de órgãos: “an oft-cited poll showed that 85% of Americans approve of organ donation”. Tal dado não aponta para uma decisão assertiva pela escolha de ser doador, apenas afirma que são pessoas favoráveis à ideia.*/

B - 1_Alternativa correta. Segundo o texto, 28% da população americana (USA) já autorizaram a doação de seus órgãos, tomando uma atitude clara, que é assinar o cartão de doador: “(28%) had granted permission by signing a donor card”.*/

C - 1_Alternativa incorreta. Segundo o texto, 28% da população americana (USA) já autorizaram a doação de seus órgãos, mas essa afirmação não significa que o restante da população (72%) optou por não doar. Tal dado revela apenas que essas pessoas não tomaram uma atitude definitiva.*/

D - 1_Alternativa incorreta. O texto nos diz que menos da metade daqueles que aprovam a doação de órgãos, de fato, tomaram uma decisão sobre o assunto. Assim, o número seria menor que 42,5%.*/

Questão 14

Considering the end of the second paragraph of text CB1A2-I, choose the option which presents a correct longer version of the question the authors want to ask when they use “Why?”.

- A Why do large differences in donation rates persist in the European Union?
- B Why does transplant infrastructure vary across countries?
- C Why is educational status so divergent in countries members of the European Union?
- D Why are people motivated to become potential organ donors?

JUSTIFICATIVAS

A - 1_Alternativa correta. O parágrafo nos explica a variação significativa no número de doações entre países membros da União Europeia, mesmo quando controladas outras variáveis que poderiam alterar os resultados da pesquisa. Logo, ao final do parágrafo, a pergunta “Why?” [Por quê?] se refere às últimas afirmações do período anterior: “large differences in donation rates persist”. É importante ressaltar que o parágrafo tem como ideia central a variação das taxas de doação e sua persistência, como explicitam o verbo “vary” no segundo período do parágrafo, e o verbo “persist”, no terceiro período.*/

B - 1_Alternativa incorreta. A ideia central do parágrafo não é a diferença de infraestrutura entre os países. O parágrafo tem como ideia central a variação das taxas de doação e sua persistência, como explicitam o verbo “vary” no segundo período do parágrafo, e o verbo “persist”, no terceiro período.*/

C - 1_Alternativa incorreta. A ideia central do parágrafo não é a divergência de status educacional entre os países. O parágrafo tem como ideia central a variação das taxas de doação e sua persistência, como explicitam o verbo “vary” no segundo período do parágrafo, e o verbo “persist”, no terceiro período.*/

D - 1_Alternativa incorreta. Esse é o tema da primeira pergunta do parágrafo, não está relacionada com o “Why?” final. O parágrafo tem como ideia central a variação das taxas de doação e sua persistência, como explicitam o verbo “vary” no segundo período do parágrafo, e o verbo “persist”, no terceiro período.*/

Questão 15

Considering the results of the research presented in text CB1A2-I, choose the correct option.

- A Explicit-consent countries presented higher agreement rates than the presumed-consent ones.
- B The results show that preferences concerning organ donation are strong.
- C The results point to the irrelevance of default policies regarding organ donation.
- D The research points to successful results if the United States modify their default policies.

JUSTIFICATIVAS

A - 1_Alternativa incorreta. O texto nos informa que os países do tipo “explicit-consent” (ou *opt-in*) apresentaram taxas de concordância mais baixas: “However, defaults appear to make a large difference: the four opt-in countries (Denmark, Netherlands, United Kingdom, Germany) had lower rates than the six opt-out countries (...)”.*/

B - 1_Alternativa incorreta. A informação sobre a intensidade das preferências com relação à doação de órgão é premissa da pesquisa, não resultado: “If preferences concerning organ donation are strong, we would expect defaults to have little or no effect.”.*/

C - 1_Alternativa incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, os resultados apontam para a total relevância das políticas *default* e contradizem suposições anteriores: “Our results stand in contrast with the suggestion that defaults do not matter.”.*/

D - 1_Alternativa correta. A conclusão do texto ressalta o fato de que os dados encontrados apontam um acréscimo significativo de doadores se houvesse mudança na política padrão de doação de órgãos dos EUA: “Our data suggest changes in defaults could increase donations in the United States of additional thousands of donors a year.”.*/

Questão 16

According to text CB1A2-I, among the countries that have an explicit-consent organ donation policy it is included

- A Austria.
- B Spain.
- C Sweden.
- D Germany.

JUSTIFICATIVAS

A - 2_Alternativa incorreta. O enunciado pede o país que apresenta uma política do tipo “consentimento explícito” [*explicit-consent*], o que exige que seu cidadão expresse de forma oficial a vontade de ser doador de órgãos. A Áustria [*Austria*] está no grupo daqueles classificados, no texto, como “*opt-out*”, isto é, o cidadão precisa optar por não ser doador. Logo, a Áustria é do tipo “*presumed-consent*”.*/

B - 2_Alternativa incorreta: A Espanha [*Spain*] aparece no primeiro parágrafo do texto como exemplo de país que também apresenta uma divergência grande de números, mas não aparece nos dados da pesquisa. Portanto, segundo os dados do texto, não podemos afirmar que é um país do tipo “consentimento explícito” [*explicit-consent*].*/

C - 2_Alternativa incorreta: O enunciado pede o país que apresenta uma política do tipo “consentimento explícito” [*explicit-consent*], o que exige que seu cidadão expresse de forma oficial a vontade de ser doador de órgãos. A Suécia [*Sweden*] está no grupo daqueles classificados, no texto, como “*opt-out*”, isto é, o cidadão precisa optar por não ser doador. Logo, a Suécia é do tipo “*presumed-consent*”.*/

D - 2_Alternativa correta. A Alemanha [*Germany*] está no grupo daqueles classificados, no texto, como “*opt-in*”, isto é, o cidadão precisa declarar oficialmente que quer ser doador, o que configura “*explicit-consent*”.*/

▼ Questão 17

In text CB1A2-I, the expression “stand in contrast”, in “Our results stand in contrast with the suggestion that defaults do not matter” means the same as

- Ⓐ take the stand.
- Ⓑ withstand.
- Ⓒ contradict.
- Ⓓ corroborate.

JUSTIFICATIVAS

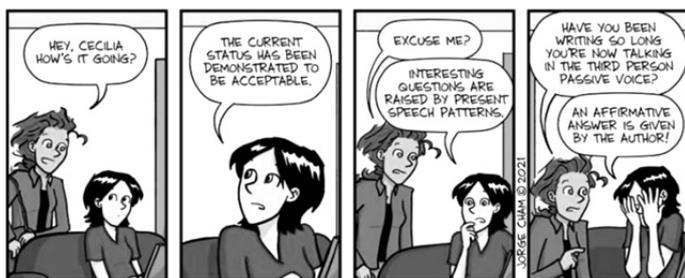
A - 2_Alternativa incorreta. A locução verbal “*stand in contrast*” significa “contradizer”, enquanto “*take the stand*” tem o sentido de assumir a posição de testemunha.*/

B - 2_Alternativa incorreta. A locução verbal “*stand in contrast*” significa “contradizer”, enquanto “*withstand*” significa “aguentar”.*/

C - 2_Alternativa correta. A locução verbal “*stand in contrast*” significa “contradizer”. Logo, “*contradict*” é um sinônimo adequado.*/

D - 2_Alternativa incorreta. A locução verbal “*stand in contrast*” significa “contradizer”, enquanto “*corroborate*” significa corroborar.*/

Text CB1A2-II



Jorge Cham. Piled higher and deeper. Internet: <www.phdcomics.com>.

▼ Questão 18

In text CB1A2-II, Cecilia’s friend seems confused when she asks “Excuse me?”. It can be said that it happens because

- Ⓐ Cecilia’s speech is affected by the writing style she has been using.
- Ⓑ Cecilia’s accent is not being understood by her friend.
- Ⓒ Cecilia is upset because her writing is too lengthy.
- Ⓓ Cecilia is questioning her friend’s speech pattern.

JUSTIFICATIVAS

A - 1_Alternativa correta. A situação cômica apresentada pela tirinha gira em torno do fato de a personagem ter passado tanto tempo escrevendo utilizando um estilo de escrita específico que sua fala foi afetada por esse modo de expressão, como explica o diálogo no último quadrinho: “— Have you been writing so long that now you are talking in the third person passive voice? — An affirmative answer is given by the author.” [— Você está escrevendo há tanto tempo que agora está falando na terceira pessoa da voz passiva? — Uma resposta afirmativa é dada pela autora.].*/

B - 1_Alternativa incorreta. A tirinha não menciona diferenças de sotaque.*/

C - 1_Alternativa incorreta. Apesar de o último diálogo mencionar o fato de Cecilia estar escrevendo há muito tempo [“Have you been writing so long (...)”], ela não diz estar chateada com isso.*/

D - 1_Alternativa incorreta. Apesar de Cecilia citar questões relacionadas a padrões de discurso (“*Interesting questions are raised by present speech patterns*”), em momento algum ela questiona o modo de expressão de sua amiga. Na verdade, a situação é o contrário: a amiga questiona o modo como Cecilia está se expressando.*/

▼ Questão 19

Choose the option that presents an appropriate synonym for “current” in text CB1A2-II.

- Ⓐ possible
- Ⓑ present
- Ⓒ former
- Ⓓ then

JUSTIFICATIVAS

A - 2_Alternativa incorreta. “*Current*” significa “atual”, “corrente”; enquanto “*possible*” significa “possível”.*/

B - 2_Alternativa correta: “*Current*” significa “atual”, “corrente”. Assim, “*present*” é um sinônimo adequado.*/

C - 2_Alternativa incorreta. “*Current*” significa “atual”, “corrente”; enquanto “*former*” significa “anterior”, “passado”.*/

D - 2_Alternativa incorreta. “*Current*” significa “atual”, “corrente”; enquanto “*then*” significa “então” ou “de então”.*/

▼ Questão 20

Choose the option that presents an appropriate synonym for “raised” in text CB1A2-II.

- Ⓐ increased
- Ⓑ lifted
- Ⓒ boosted
- Ⓓ produced

JUSTIFICATIVAS

A - 2_Alternativa incorreta. A forma verbal “*raised*”, como é utilizado na tirinha, significa “levantou”, no sentido de “trouxo”,

“produziu”. Por sua vez, “*increased*” tem o sentido de “aumentou”.*/

B - 2_Alternativa incorreta. A forma verbal “*raised*”, como é utilizado na tirinha, significa “levantou”, no sentido de “trouxe”, “produziu”. Por sua vez, “*lifted*” significa “levantou”, no sentido de, fisicamente, levantar algo.*/

C - 2_Alternativa incorreta. A forma verbal “*raised*”, como é utilizado na tirinha, significa “levantou”, no sentido de “trouxe”, “produziu”. Por sua vez, “*boosted*” significa “aumentou”, “melhorou”.*/

D - 2_Alternativa correta. A forma verbal “*raised*”, como é utilizado na tirinha, significa “levantou”, no sentido de “trouxe”, “produziu”. Logo, “*produced*” é um sinônimo adequado.*/

Questão 21

Do texto da Constituição Federal de 1988 (CF), foram reproduzidas, com ligeiras adaptações, as previsões normativas a seguir.

Norma I: A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal.

Norma II: É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Norma III: A ocupação e a utilização da faixa de fronteira serão reguladas em lei.

Essas normas podem ser consideradas, respectivamente, como normas

- Ⓐ programática, de eficácia limitada e de eficácia contida.
- Ⓑ de eficácia plena, de eficácia contida e de eficácia limitada.
- Ⓒ programática, de eficácia limitada e de eficácia contida.
- Ⓓ de eficácia plena, de eficácia plena e programática.

JUSTIFICATIVAS

A - 1.1Errado, pois as normas são A, de eficácia plena; B, de eficácia contida; e C, de eficácia limitada.*/

B - 1.1_CERTO, pois as normas são A, de eficácia plena; B, de eficácia contida; e C, de eficácia limitada.*/

C - 1.1Errado, pois as normas são A, de eficácia plena; B, de eficácia contida; e C, de eficácia limitada.*/

D - 1.1Errado, pois as normas são A, de eficácia plena; B, de eficácia contida; e C, de eficácia limitada.*/

Questão 22

O TCU está apreciando a legalidade dos seguintes atos: concessão inicial de aposentadoria a Pedro; concessão inicial de pensão a Ana; concessão inicial de reforma a José; ato administrativo que beneficiou Lucas — sem ser aposentadoria, pensão ou reforma.

Nessa situação hipotética, o TCU deverá assegurar o direito ao contraditório e à ampla defesa somente a

- Ⓐ Ana e José.
- Ⓑ Pedro.
- Ⓒ Lucas.
- Ⓓ José.

JUSTIFICATIVAS

A - 5Errado, pois o contraditório e ampla defesa devem ser garantidos a Lucas, somente.

STF

Nos processos perante o TCU asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

[[Súmula Vinculante 3.](#)]*/

B - 5Errado, pois o contraditório e ampla defesa devem ser garantidos a Lucas, somente.

STF

Nos processos perante o TCU asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

[[Súmula Vinculante 3.](#)]*/

C - 5Errado, pois o contraditório e ampla defesa devem ser garantidos a Lucas, somente.

STF

Nos processos perante o TCU asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

[[Súmula Vinculante 3.](#)]*/

D - 5_CERTO, pois o contraditório e ampla defesa devem ser garantidos a Lucas, somente.

STF

Nos processos perante o TCU asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

[[Súmula Vinculante 3.](#)]*/

Questão 23

De acordo com a CF, a disciplina do Sistema Financeiro Nacional deve-se dar mediante

- Ⓐ emenda constitucional.
- Ⓑ lei complementar.
- Ⓒ lei ordinária.
- Ⓓ lei delegada.

JUSTIFICATIVAS

A - 4Errado, pois a disciplina deve se dar mediante lei complementar.

STF

A disciplina do Sistema Financeiro Nacional deve se dar mediante lei complementar (CF, art. 192), mas não se exige iniciativa privativa do Presidente da República. Justamente ao contrário, o art. 48, XIII, da Constituição prevê, expressamente, a competência do Congresso Nacional para dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, que compõem o cerne da atuação do Banco Central. (...)

[[ADI 6.696](#), red. do ac. min. Roberto Barroso, j. 26-8-2021, P, DJE de 13-12-2021.]*/

B - 4_CERTO, pois a disciplina deve se dar mediante lei complementar.

STF

A disciplina do Sistema Financeiro Nacional deve se dar mediante lei complementar (CF, art. 192), mas não se exige iniciativa privativa do Presidente da República. Justamente ao contrário, o art. 48, XIII, da Constituição prevê, expressamente, a competência do Congresso Nacional para dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, que compõem o cerne da atuação do Banco Central. (...)

[ADI 6.696, red. do ac. min. Roberto Barroso, j. 26-8-2021, P, DJE de 13-12-2021.]*/

C - 4Errado, pois a disciplina deve se dar mediante lei complementar.

STF

A disciplina do Sistema Financeiro Nacional deve se dar mediante lei complementar (CF, art. 192), mas não se exige iniciativa privativa do Presidente da República. Justamente ao contrário, o art. 48, XIII, da Constituição prevê, expressamente, a competência do Congresso Nacional para dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, que compõem o cerne da atuação do Banco Central. (...)

[ADI 6.696, red. do ac. min. Roberto Barroso, j. 26-8-2021, P, DJE de 13-12-2021.]*/

D - 4Errado, pois a disciplina deve se dar mediante lei complementar.

STF

A disciplina do Sistema Financeiro Nacional deve se dar mediante lei complementar (CF, art. 192), mas não se exige iniciativa privativa do Presidente da República. Justamente ao contrário, o art. 48, XIII, da Constituição prevê, expressamente, a competência do Congresso Nacional para dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, que compõem o cerne da atuação do Banco Central. (...)

[ADI 6.696, red. do ac. min. Roberto Barroso, j. 26-8-2021, P, DJE de 13-12-2021.]*/

Questão 24

O princípio geral da atividade econômica (CF, art. 170) que também constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é o princípio

- Ⓐ da livre concorrência.
- Ⓑ da defesa do meio ambiente.
- Ⓒ da redução das desigualdades regionais e sociais.
- Ⓓ do tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.

JUSTIFICATIVAS

A - 4.1 e 2.1Errado. O princípio geral da atividade econômica que também constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é o da redução das desigualdade regionais e sociais (CF, art. 3º, III).*/

B - 4.1 e 2.1Errado. O princípio geral da atividade econômica que também constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é o da redução das desigualdade regionais e sociais (CF, art. 3º, III).*/

C - 4.1 e 2.1_CERTO. O princípio geral da atividade econômica que também constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é o da redução das desigualdade regionais e sociais (CF, art. 3º, III).*/

D - 4.1 e 2.1Errado. O princípio geral da atividade econômica que também constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é o da redução das desigualdade regionais e sociais (CF, art. 3º, III).*/

Questão 25

Somente poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade lei ou ato normativo

- Ⓐ federal ou estadual.
- Ⓑ estadual.
- Ⓒ municipal.
- Ⓓ federal.

JUSTIFICATIVAS

A - 3.1.1Errado, pois somente poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade lei ou ato normativo federal. (art. 13, Lei 9.868/99).*/

B - 3.1.1Errado, pois somente poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade lei ou ato normativo federal. (art. 13, Lei 9.868/99).*/

C - 3.1.1Errado, pois somente poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade lei ou ato normativo federal. (art. 13, Lei 9.868/99).*/

D - 3.1.1_CERTO, pois somente poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade lei ou ato normativo federal. (art. 13, Lei 9.868/99).*/

Questão 26

A ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) pode ser classificada como uma modalidade de controle de constitucionalidade

- Ⓐ político e repressivo.
- Ⓑ principal e concentrado.
- Ⓒ político e difuso.
- Ⓓ principal e preventivo.

JUSTIFICATIVAS

A - 3.1.1Errado, pois a ação de descumprimento de preceito fundamental pode ser classificada como uma modalidade de controle de constitucionalidade principal e concentrado.*/

B - 3.1.1_CERTO, pois a ação de descumprimento de preceito fundamental pode ser classificada como uma modalidade de controle de constitucionalidade principal e concentrado.*/

C - 3.1.1Errado, pois a ação de descumprimento de preceito fundamental pode ser classificada como uma modalidade de controle de constitucionalidade principal e concentrado.*/

D - 3.1.1Errado, pois a ação de descumprimento de preceito fundamental pode ser classificada como uma modalidade de controle de constitucionalidade principal e concentrado.*/

Questão 27

Um indivíduo legitimado pretende ajuizar ADPF para

- I opor-se a um conjunto de decisões judiciais que determinam medidas de constrição judicial contra Estado-membro.
- II questionar interpretação judicial de norma constitucional.
- III opor-se a um conjunto de decisões judiciais que determinam medidas de constrição judicial contra unidades descentralizadas de execução da educação de Estado-membro que recaiam sobre verbas destinadas à educação.

Nessa situação hipotética, será cabível ADPF nos casos descritos nos itens

- Ⓐ I e II, somente.
- Ⓑ I e III, somente.
- Ⓒ II e III, somente.

Ⓓ I, II e III.

JUSTIFICATIVAS

A - 3.1.1Errado. As três situações possibilitam ser objeto de ADPF.

A) contra um conjunto de decisões judiciais que determinam medidas de constrição judicial em desfavor de Estado-membro (STF, ADPF 484/AP, 2020);

B) para questionar interpretação judicial de norma constitucional (STF, ADPF 216/DF, 2018); e

C) contra um conjunto de decisões judiciais que determinam medidas de constrição judicial em desfavor de Unidades Descentralizadas de Execução da Educação que recaiam sobre verbas destinadas à educação (STF, ADPF 484/AP, 2020).*/

B - 3.1.1Errado. As três situações possibilitam ser objeto de ADPF.

A) contra um conjunto de decisões judiciais que determinam medidas de constrição judicial em desfavor de Estado-membro (STF, ADPF 484/AP, 2020);

B) para questionar interpretação judicial de norma constitucional (STF, ADPF 216/DF, 2018); e

C) contra um conjunto de decisões judiciais que determinam medidas de constrição judicial em desfavor de Unidades Descentralizadas de Execução da Educação que recaiam sobre verbas destinadas à educação (STF, ADPF 484/AP, 2020).*/

C - 3.1.1Errado. As três situações possibilitam ser objeto de ADPF.

A) contra um conjunto de decisões judiciais que determinam medidas de constrição judicial em desfavor de Estado-membro (STF, ADPF 484/AP, 2020);

B) para questionar interpretação judicial de norma constitucional (STF, ADPF 216/DF, 2018); e

C) contra um conjunto de decisões judiciais que determinam medidas de constrição judicial em desfavor de Unidades Descentralizadas de Execução da Educação que recaiam sobre verbas destinadas à educação (STF, ADPF 484/AP, 2020).*/

D - 3.1.1_CERTO. As três situações possibilitam ser objeto de ADPF.

A) contra um conjunto de decisões judiciais que determinam medidas de constrição judicial em desfavor de Estado-membro (STF, ADPF 484/AP, 2020);

B) para questionar interpretação judicial de norma constitucional (STF, ADPF 216/DF, 2018); e

C) contra um conjunto de decisões judiciais que determinam medidas de constrição judicial em desfavor de Unidades Descentralizadas de Execução da Educação que recaiam sobre verbas destinadas à educação (STF, ADPF 484/AP, 2020).*/

Questão 28

Os seguintes entes pretendem propor ação declaratória de constitucionalidade (ADC):

I a federação nacional X, que possui associados em três estados-membros;

II a entidade de classe Y, que representa parte de uma categoria profissional; e

III o presidente da República.

Nessa situação hipotética, somente terá(ão) legitimidade para propor ADC

Ⓐ a federação nacional X.

Ⓑ o presidente da República.

Ⓒ a entidade de classe Y e a federação nacional X.

Ⓓ a entidade de classe Y e o presidente da República.

JUSTIFICATIVAS

A - 3.1.1Errado, pois somente serão legitimados para propor ADC a federação nacional com associados de pelo menos 9 Estados-membros, 1/3 do total (STF, Plenário, ADI 3287, 2020); a entidade de classe que represente a totalidade de seus membros (STF, Plenário, ADI 6465, 2020); e o Presidente da República (art. 103, I, da CF/88).*/

B - 3.1.1_CERTO, pois somente serão legitimados para propor ADC a federação nacional com associados de pelo menos 9 Estados-membros, 1/3 do total (STF, Plenário, ADI 3287, 2020); a entidade de classe que represente a totalidade de seus membros (STF, Plenário, ADI 6465, 2020); e o Presidente da República (art. 103, I, da CF/88).*/

C - 3.1.1Errado, pois somente serão legitimados para propor ADC a federação nacional com associados de pelo menos 9 Estados-membros, 1/3 do total (STF, Plenário, ADI 3287, 2020); a entidade de classe que represente a totalidade de seus membros (STF, Plenário, ADI 6465, 2020); e o Presidente da República (art. 103, I, da CF/88).*/

D - 3.1.1Errado, pois somente serão legitimados para propor ADC a federação nacional com associados de pelo menos 9 Estados-membros, 1/3 do total (STF, Plenário, ADI 3287, 2020); a entidade de classe que represente a totalidade de seus membros (STF, Plenário, ADI 6465, 2020); e o Presidente da República (art. 103, I, da CF/88).*/

Questão 29

Um grupo de servidores públicos constituiu, de forma regular e legal, uma associação cujos fins, posteriormente, verificou-se serem ilícitos.

Nessa situação hipotética, a associação somente poderá ser compulsoriamente dissolvida por

Ⓐ ato emanado do Poder Executivo.

Ⓑ ato emanado do Poder Legislativo.

Ⓒ decisão judicial com trânsito em julgado.

Ⓓ ato emanado do Poder Executivo e decisão judicial.

JUSTIFICATIVAS

A - 2.2Errado, pois somente decisão judicial com trânsito em julgado pode dissolver compulsoriamente associação, ainda que tenha fins ilícitos.

CF

Art. 5º (...)

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

STF

Cabe enfatizar, neste ponto, que as normas inscritas no art. 5º, XVII a XXI, da atual CF, protegem as associações, inclusive as sociedades, da atuação eventualmente arbitrária do legislador e do administrador, eis que somente o Poder Judiciário, por meio de processo regular, poderá decretar a suspensão ou a dissolução compulsórias das associações. Mesmo a atuação judicial encontra uma limitação constitucional: apenas as associações que persigam fins ilícitos poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou suspensas. Ato emanado do Executivo ou do Legislativo, que provoquem a compulsória suspensão ou dissolução de associações, mesmo as que possuam fins ilícitos, serão inconstitucionais. [ADI 3.045, rel. min. Celso de Mello, j. 10-8-2005, P, DJ de 1º-6-2007.]*/

B - 2.2Errado, pois somente decisão judicial com trânsito em julgado pode dissolver compulsoriamente associação, ainda que tenha fins ilícitos.

CF

Art. 5º (...)

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

STF

Cabe enfatizar, neste ponto, que as normas inscritas no art. 5º, XVII a XXI, da atual CF, protegem as associações, inclusive as sociedades, da atuação eventualmente arbitrária do legislador e do administrador, eis que somente o Poder Judiciário, por meio de processo regular, poderá decretar a suspensão ou a dissolução compulsórias das associações. Mesmo a atuação judicial encontra uma limitação constitucional: apenas as associações que persigam fins ilícitos poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou suspensas. Atos emanados do Executivo ou do Legislativo, que provoquem a compulsória suspensão ou dissolução de associações, mesmo as que possuam fins ilícitos, serão inconstitucionais. [ADI 3.045, rel. min. Celso de Mello, j. 10-8-2005, P, DJ de 1º-6-2007.]*/

C - 2.2_CERTO, pois somente decisão judicial com trânsito em julgado pode dissolver compulsoriamente associação, ainda que tenha fins ilícitos.

CF

Art. 5º (...)

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

STF

Cabe enfatizar, neste ponto, que as normas inscritas no art. 5º, XVII a XXI, da atual CF, protegem as associações, inclusive as sociedades, da atuação eventualmente arbitrária do legislador e do administrador, eis que somente o Poder Judiciário, por meio de processo regular, poderá decretar a suspensão ou a dissolução compulsórias das associações. Mesmo a atuação judicial encontra uma limitação constitucional: apenas as associações que persigam fins ilícitos poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou suspensas. Atos emanados do Executivo ou do Legislativo, que provoquem a compulsória suspensão ou dissolução de associações, mesmo as que possuam fins ilícitos, serão inconstitucionais. [ADI 3.045, rel. min. Celso de Mello, j. 10-8-2005, P, DJ de 1º-6-2007.]*/

D - 2.2Errado, pois somente decisão judicial com trânsito em julgado pode dissolver compulsoriamente associação, ainda que tenha fins ilícitos.

CF

Art. 5º (...)

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

STF

Cabe enfatizar, neste ponto, que as normas inscritas no art. 5º, XVII a XXI, da atual CF, protegem as associações, inclusive as sociedades, da atuação eventualmente arbitrária do legislador e do administrador, eis que somente o Poder Judiciário, por meio de processo regular, poderá decretar a suspensão ou a dissolução compulsórias das associações. Mesmo a atuação judicial encontra uma limitação constitucional: apenas as associações que persigam fins ilícitos poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou suspensas. Atos emanados do Executivo ou do Legislativo, que provoquem a compulsória suspensão ou dissolução de associações, mesmo as que possuam fins ilícitos, serão

inconstitucionais. [ADI 3.045, rel. min. Celso de Mello, j. 10-8-2005, P, DJ de 1º-6-2007.]*/



Questão 30

O dispositivo constitucional que assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder abrange, em processo administrativo,

- A a realização de perícias e a interposição de recurso administrativo.
- B o empreendimento de diligências e a interposição de recurso administrativo.
- C a realização de perícias e o empreendimento de diligências.
- D a interposição de recurso administrativo.

JUSTIFICATIVAS

A - 2.2Errado, pois o direito de petição abrange a interposição de recurso administrativo, mas não a realização de perícias e o empreendimento de diligências.

STF

O recurso administrativo, nos termos da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, decorre diretamente do direito de petição (art. 5º, XXXIV, a, CF). (...) O art. 5º, XXXIV, a, da Constituição Federal exclui competência para instituição de taxa em virtude do exercício do direito de petição, motivo pelo qual não pode incidir referida espécie tributária para interposição de recurso administrativo. Não está abarcada, entretanto, no âmbito conceitual do direito de petição (art. 5º XXXIV, a, CF), a realização de perícias e o empreendimento de diligências. [ADI 6.145, rel. min. Rosa Weber, j. 14-9-2022, P, DJE de 24-10-2022.]*/

B - 2.2Errado, pois o direito de petição abrange a interposição de recurso administrativo, mas não a realização de perícias e o empreendimento de diligências.

STF

O recurso administrativo, nos termos da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, decorre diretamente do direito de petição (art. 5º, XXXIV, a, CF). (...) O art. 5º, XXXIV, a, da Constituição Federal exclui competência para instituição de taxa em virtude do exercício do direito de petição, motivo pelo qual não pode incidir referida espécie tributária para interposição de recurso administrativo. Não está abarcada, entretanto, no âmbito conceitual do direito de petição (art. 5º XXXIV, a, CF), a realização de perícias e o empreendimento de diligências. [ADI 6.145, rel. min. Rosa Weber, j. 14-9-2022, P, DJE de 24-10-2022.]*/

C - 2.2Errado, pois o direito de petição abrange a interposição de recurso administrativo, mas não a realização de perícias e o empreendimento de diligências.

STF

O recurso administrativo, nos termos da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, decorre diretamente do direito de petição (art. 5º, XXXIV, a, CF). (...) O art. 5º, XXXIV, a, da Constituição Federal exclui competência para instituição de taxa em virtude do exercício do direito de petição, motivo pelo qual não pode incidir referida espécie tributária para interposição de recurso administrativo. Não está abarcada, entretanto, no âmbito conceitual do direito de petição (art. 5º XXXIV, a, CF), a realização de perícias e o empreendimento de diligências. [ADI 6.145, rel. min. Rosa Weber, j. 14-9-2022, P, DJE de 24-10-2022.]*/

D - 2.2_CERTO, pois o direito de petição abrange a interposição de recurso administrativo, mas não a realização de perícias e o empreendimento de diligências.

STF

O recurso administrativo, nos termos da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, decorre diretamente do direito de petição (art. 5º, XXXIV, a, CF). (...) O art. 5º, XXXIV, a, da Constituição Federal exclui competência para instituição de taxa em virtude do exercício do direito de petição, motivo pelo qual não pode incidir referida espécie tributária para interposição de recurso administrativo. Não está abarcada, entretanto, no âmbito conceitual do direito de petição (art. 5º XXXIV, a, CF), a realização de perícias e o empreendimento de diligências. [ADI 6.145, rel. min. Rosa Weber, j. 14-9-2022, P, DJE de 24-10-2022.]*/

Questão 31

Juan, cidadão chileno naturalizado brasileiro, pode ocupar cargo público de

- A deputado da Câmara Legislativa do DF.
- B presidente da Câmara dos Deputados.
- C oficial das Forças Armadas.
- D diplomata de carreira.

JUSTIFICATIVAS

A - 2.2_CERTO, pois brasileiro naturalizado pode ocupar cargo de Deputado da Câmara Legislativa do Distrito Federal. CF/88

Art. 12 (...)

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.
- VII - de Ministro de Estado da Defesa.*/

B - 2.2Errado, pois brasileiro naturalizado pode ocupar cargo de Deputado da Câmara Legislativa do Distrito Federal. CF/88

Art. 12 (...)

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.
- VII - de Ministro de Estado da Defesa.*/

C - 2.2Errado, pois brasileiro naturalizado pode ocupar cargo de Deputado da Câmara Legislativa do Distrito Federal. CF/88

Art. 12 (...)

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.
- VII - de Ministro de Estado da Defesa.*/

D - 2.2Errado, pois brasileiro naturalizado pode ocupar cargo de Deputado da Câmara Legislativa do Distrito Federal. CF/88

Art. 12 (...)

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.*/

Questão 32

Conforme a Constituição Federal de 1988, são inelegíveis os

- I estrangeiros.
- II os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório.
- III os analfabetos.

Assinale a opção correta.

- A Está correto apenas o item I.
- B Está correto apenas o item II.
- C Estão corretos apenas os itens II e III.
- D Todos os itens estão corretos.

JUSTIFICATIVAS

A - 2.2Errado, pois são inelegíveis os inalistáveis (que são os estrangeiros e os conscritos) e os analfabetos.*/

B - 2.2Errado, pois são inelegíveis os inalistáveis (que são os estrangeiros e os conscritos) e os analfabetos.*/

C - 2.2_CERTO, pois são inelegíveis os inalistáveis (que são os estrangeiros e os conscritos) e os analfabetos.

CF/88

Art. 14 (...)

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.*/

D - 2.2Errado, pois são inelegíveis os inalistáveis (que são os estrangeiros e os conscritos) e os analfabetos.*/

Questão 33

A Lei Orgânica do Distrito Federal assegura o exercício do

- A direito de petição, mediante o pagamento de emolumentos.
- B direito de petição, mediante o pagamento de taxa.
- C direito de representação, independentemente da garantia de instância.
- D direito de representação, mediante o pagamento de custas.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o art. 4.º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), é assegurado o exercício do direito de petição ou representação, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância.*/

B - ERRADO. De acordo com o art. 4.º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), é assegurado o exercício do direito de petição ou representação, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância.*/

C - CERTO. De acordo com o art. 4.º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), é assegurado o exercício do direito de petição ou representação, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância.*/

D - ERRADO. De acordo com o art. 4.º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), é assegurado o exercício do direito de petição ou representação, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância.*/

Questão 34

A criação de regiões administrativas do Distrito Federal (DF) depende de lei aprovada pela

- A maioria simples dos deputados distritais, assim como a extinção de regiões administrativas.
- B maioria simples dos deputados distritais, ao passo que a extinção de regiões administrativas depende de lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais.

- Ⓒ maioria absoluta dos deputados distritais, assim como a extinção de regiões administrativas.
- Ⓓ maioria absoluta dos deputados distritais, ao passo que a extinção de regiões administrativas depende de lei aprovada pela maioria simples dos deputados distritais.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o art. 13 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), a criação ou a extinção de regiões administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais.* /

B - ERRADO. De acordo com o art. 13 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), a criação ou a extinção de regiões administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais.* /

C - CERTO. De acordo com o art. 13 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), a criação ou a extinção de regiões administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais.* /

D - ERRADO. De acordo com o art. 13 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), a criação ou a extinção de regiões administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais.* /

Questão 35

Compete privativamente ao DF

- Ⓐ preservar a fauna, a flora e o cerrado.
- Ⓑ fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- Ⓒ estabelecer e implantar política para a segurança do trânsito.
- Ⓓ autorizar, conceder ou permitir, bem como regular, licenciar e fiscalizar os serviços de veículos de alugueis.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o art.15, inciso XI, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), compete privativamente ao Distrito Federal autorizar, conceder ou permitir, bem como regular, licenciar e fiscalizar os serviços de veículos de alugueis. Preservar a fauna, a flora e o cerrado (inciso V), fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar (inciso IX) e estabelecer e implantar política para a segurança do trânsito (inciso XII) são competências do Distrito Federal em comum com a União, e estão previstas no art. 16 do referido diploma legal.* /

B - ERRADO. De acordo com o art.15, inciso XI, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), compete privativamente ao Distrito Federal autorizar, conceder ou permitir, bem como regular, licenciar e fiscalizar os serviços de veículos de alugueis. Preservar a fauna, a flora e o cerrado (inciso V), fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar (inciso IX) e estabelecer e implantar política para a segurança do trânsito (inciso XII) são competências do Distrito Federal em comum com a União, e estão previstas no art. 16 do referido diploma legal.* /

C - ERRADO. De acordo com o art.15, inciso XI, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), compete privativamente ao Distrito Federal autorizar, conceder ou permitir, bem como regular, licenciar e fiscalizar os serviços de veículos de alugueis. Preservar a fauna, a flora e o cerrado (inciso V), fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar (inciso IX) e estabelecer e implantar política para a segurança do trânsito (inciso XII) são competências do Distrito Federal em comum com a União, e estão previstas no art. 16 do referido diploma legal.* /

D - CERTO. De acordo com o art.15, inciso XI, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), compete privativamente ao Distrito

Federal autorizar, conceder ou permitir, bem como regular, licenciar e fiscalizar os serviços de veículos de alugueis. Preservar a fauna, a flora e o cerrado (inciso V), fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar (inciso IX) e estabelecer e implantar política para a segurança do trânsito (inciso XII) são competências do Distrito Federal em comum com a União, e estão previstas no art. 16 do referido diploma legal.* /

Questão 36

A designação para função de confiança de pessoa condenada em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado é proibida desde a condenação até o transcurso do prazo de

- Ⓐ quatro anos após o cumprimento da pena.
- Ⓑ seis anos após o cumprimento da pena.
- Ⓒ oito anos após o cumprimento da pena.
- Ⓓ dez anos após o cumprimento da pena.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o art. 19, § 8.º, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), é proibida a designação para função de confiança ou a nomeação para emprego ou cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, de pessoa condenada, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena.* /

B - ERRADO. De acordo com o art. 19, § 8.º, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), é proibida a designação para função de confiança ou a nomeação para emprego ou cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, de pessoa condenada, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena.* /

C - CERTO. De acordo com o art. 19, § 8.º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, é proibida a designação para função de confiança ou a nomeação para emprego ou cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, de pessoa condenada, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena.* /

D - ERRADO. De acordo com o art. 19, § 8.º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, é proibida a designação para função de confiança ou a nomeação para emprego ou cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, de pessoa condenada, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena.* /

Questão 37

A iniciativa das leis que disponham sobre aposentadoria dos servidores públicos do DF compete privativamente

- Ⓐ a uma comissão especializada da Câmara Legislativa.
- Ⓑ aos deputados distritais.
- Ⓒ ao governador.
- Ⓓ ao vice-governador.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o art. 71, § 1.º, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, compete privativamente ao governador do Distrito Federal a iniciativa das leis que disponham sobre servidores públicos do Distrito Federal, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.* /

B - ERRADO. De acordo com o art. 71, § 1.º, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, compete privativamente ao

governador do Distrito Federal a iniciativa das leis que disponham sobre servidores públicos do Distrito Federal, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.*/

C - CERTO. De acordo com o art. 71, § 1.º, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, compete privativamente ao governador do Distrito Federal a iniciativa das leis que disponham sobre servidores públicos do Distrito Federal, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.*/

D - ERRADO. De acordo com o art. 71, § 1.º, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, compete privativamente ao governador do Distrito Federal a iniciativa das leis que disponham sobre servidores públicos do Distrito Federal, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.*/

▼ Questão 38

Em regra, a promoção é a movimentação de servidor público do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior e ocorre

- Ⓐ somente por merecimento, não interrompendo o tempo de exercício no cargo.
- Ⓑ somente por antiguidade, interrompendo o tempo de exercício no cargo.
- Ⓒ por merecimento ou por antiguidade, não interrompendo o tempo de exercício no cargo.
- Ⓓ por merecimento ou por antiguidade, interrompendo o tempo de exercício no cargo.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o art. 56 da Lei Complementar n.º 840/2011, salvo disposição legal em contrário, a promoção é a movimentação de servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior e se dará por merecimento ou por antiguidade, na forma do plano de carreira de cada categoria funcional (§ 1.º), e não interrompe o tempo de exercício no cargo (§ 2.º).*/

B - ERRADO. De acordo com o art. 56 da Lei Complementar n.º 840/2011, salvo disposição legal em contrário, a promoção é a movimentação de servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior, e se dará por merecimento ou por antiguidade, na forma do plano de carreira de cada categoria funcional (§ 1.º), e não interrompe o tempo de exercício no cargo (§ 2.º).*/

C - CERTO. De acordo com o art. 56 da Lei Complementar n.º 840/2011, salvo disposição legal em contrário, a promoção é a movimentação de servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior, e se dará por merecimento ou por antiguidade, na forma do plano de carreira de cada categoria funcional (§ 1.º), e não interrompe o tempo de exercício no cargo (§ 2.º).*/

D - ERRADO. De acordo com o art. 56 da Lei Complementar n.º 840/2011, salvo disposição legal em contrário, a promoção é a movimentação de servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior, e se dará por merecimento ou por antiguidade, na forma do plano de carreira de cada categoria funcional (§ 1.º), e não interrompe o tempo de exercício no cargo (§ 2.º).*/

▼ Questão 39

No interesse da administração pública, o regime de trabalho dos servidores públicos do Distrito Federal pode ser ampliado de trinta para quarenta horas semanais

- Ⓐ sem a anuência do servidor e sem a necessidade de se observar a proporcionalidade salarial.
- Ⓑ com a anuência do servidor e sem a necessidade de se observar a proporcionalidade salarial.
- Ⓒ com a anuência do servidor, havendo a necessidade de se observar a proporcionalidade salarial.
- Ⓓ sem a anuência do servidor, havendo a necessidade de se observar a proporcionalidade salarial.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 840/2011, salvo disposição legal em contrário, o servidor efetivo fica sujeito ao regime de trabalho de trinta horas semanais, podendo, no interesse da administração pública e mediante anuência do servidor, o regime de trabalho ser ampliado para quarenta horas semanais, observada a proporcionalidade salarial (§ 1.º).*/

B - ERRADO. De acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 840/2011, salvo disposição legal em contrário, o servidor efetivo fica sujeito ao regime de trabalho de trinta horas semanais, podendo, no interesse da administração pública e mediante anuência do servidor, o regime de trabalho ser ampliado para quarenta horas semanais, observada a proporcionalidade salarial (§ 1.º).*/

C - CERTO. De acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 840/2011, salvo disposição legal em contrário, o servidor efetivo fica sujeito ao regime de trabalho de trinta horas semanais, podendo, no interesse da administração pública e mediante anuência do servidor, o regime de trabalho ser ampliado para quarenta horas semanais, observada a proporcionalidade salarial (§ 1.º).*/

D - ERRADO. De acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 840/2011, salvo disposição legal em contrário, o servidor efetivo fica sujeito ao regime de trabalho de trinta horas semanais, podendo, no interesse da administração pública e mediante anuência do servidor, o regime de trabalho ser ampliado para quarenta horas semanais, observada a proporcionalidade salarial (§ 1.º).*/

▼ Questão 40

Ao servidor que tenha cônjuge com deficiência pode ser concedido horário especial que consiste na redução de até

- Ⓐ 30% da jornada de trabalho, desde que a necessidade seja atestada por médico particular.
- Ⓑ 50% da jornada de trabalho, desde que a necessidade seja atestada por junta médica oficial.
- Ⓒ 30% da jornada de trabalho, desde que a necessidade seja atestada por junta médica oficial.
- Ⓓ 50% da jornada de trabalho, desde que a necessidade seja atestada por médico particular.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o art. 61, § 1.º, incisos I e II da Lei Complementar n.º 840/2011, a concessão de horário especial aos servidores com deficiência ou com doença falciforme (inciso I) ou aos servidores que tenham cônjuge ou dependente com deficiência ou com doença falciforme (inciso II), o horário especial consiste na redução de até 50% da jornada de trabalho e sua necessidade deve ser atestada por junta médica oficial.*/

B - CERTO. De acordo com o art. 61, § 1.º, incisos I e II da Lei Complementar n.º 840/2011, a concessão de horário especial aos servidores com deficiência ou com doença falciforme (inciso I) ou aos servidores que tenham cônjuge ou dependente com deficiência ou com doença falciforme (inciso II), o horário especial consiste na redução de até 50% da jornada de trabalho e sua necessidade deve ser atestada por junta médica oficial.*/

C - ERRADO. De acordo com o art. 61, § 1.º, incisos I e II da Lei Complementar nº. 840/2011, a concessão de horário especial aos servidores com deficiência ou com doença falciforme (inciso I) ou aos servidores que tenham cônjuge ou dependente com deficiência ou com doença falciforme (inciso II), o horário especial consiste na redução de até 50% da jornada de trabalho e sua necessidade deve ser atestada por junta médica oficial.*/

D - ERRADO. De acordo com o art. 61, § 1.º, incisos I e II da Lei Complementar nº. 840/2011, a concessão de horário especial aos servidores com deficiência ou com doença falciforme (inciso I) ou aos servidores que tenham cônjuge ou dependente com deficiência ou com doença falciforme (inciso II), o horário especial consiste na redução de até 50% da jornada de trabalho e sua necessidade deve ser atestada por junta médica oficial.*/

Questão 41

Além do vencimento básico, podem ser pagas ao servidor público, como vantagens, parcelas remuneratórias referentes a

- A gratificações, que não se incorporam ao vencimento para qualquer efeito.
- B adicionais, que não se incorporam ao vencimento para qualquer efeito.
- C indenizações, que não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- D prêmios, que são incorporados ao vencimento ou provento.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o art. 74 da Lei Complementar nº. 840/2011, além do vencimento básico, podem ser pagas ao servidor, como vantagens, as seguintes parcelas remuneratórias: I - gratificações; II - adicionais; III - abonos; e IV - indenizações. Além disso, de acordo com o § 1.º do referido dispositivo, as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento, nos casos e nas condições indicados em lei e, conforme o § 2.º do artigo citado, as indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. Quanto aos prêmios, não há qualquer previsão na lei complementar nesse sentido.*/

B - ERRADO. De acordo com o art. 74 da Lei Complementar nº. 840/2011, além do vencimento básico, podem ser pagas ao servidor, como vantagens, as seguintes parcelas remuneratórias: I - gratificações; II - adicionais; III - abonos; e IV - indenizações. Além disso, de acordo com o §1º do referido dispositivo, as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento, nos casos e nas condições indicados em lei e, conforme o § 2.º do artigo citado, as indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. Quanto aos prêmios, não há qualquer previsão na lei complementar nesse sentido.*/

C - CERTO. De acordo com o art. 74 da Lei Complementar nº. 840/2011, além do vencimento básico, podem ser pagas ao servidor, como vantagens, as seguintes parcelas remuneratórias: I - gratificações; II - adicionais; III - abonos; e IV - indenizações. Além disso, de acordo com o §1º do referido dispositivo, as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento, nos casos e nas condições indicados em lei e, conforme o § 2.º do artigo citado, as indenizações não se incorporam ao vencimento

ou provento para qualquer efeito. Quanto aos prêmios, não há qualquer previsão na lei complementar nesse sentido.*/

D - ERRADO. De acordo com o art. 74 da Lei Complementar nº. 840/2011, além do vencimento básico, podem ser pagas ao servidor, como vantagens, as seguintes parcelas remuneratórias: I - gratificações; II - adicionais; III - abonos; e IV - indenizações. Além disso, de acordo com o §1º do referido dispositivo, as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento, nos casos e nas condições indicados em lei e, conforme o § 2.º do artigo citado, as indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. Quanto aos prêmios, não há qualquer previsão na lei complementar nesse sentido.*/

Questão 42

Por motivo de nascimento de filho, à servidora efetiva é devido o auxílio-natalidade, em quantia equivalente ao menor vencimento básico do serviço público distrital,

- A inclusive no caso de natimorto.
- B sendo o valor acrescido de 30% por nascituro, em parto múltiplo, até o limite de três.
- C sendo o valor acrescido de 50% por nascituro, em parto múltiplo, até o limite de três.
- D ressalvado o caso de natimorto.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. De acordo com o art. 96 da Lei Complementar nº. 840/2011, o auxílio-natalidade é devido à servidora efetiva por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento básico do serviço público distrital, inclusive no caso de natimorto, e, na hipótese de parto múltiplo, o valor deve ser acrescido de 50% por nascituro (§ 1.º), não fazendo a lei complementar qualquer menção ou restrição quanto ao limite de nascituros.*/

B - ERRADO. De acordo com o art. 96 da Lei Complementar nº. 840/2011, o auxílio-natalidade é devido à servidora efetiva por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento básico do serviço público distrital, inclusive no caso de natimorto, sendo que, na hipótese de parto múltiplo, o valor deve ser acrescido de 50% por nascituro (§ 1.º), não fazendo a lei complementar qualquer menção ou restrição quanto ao limite de nascituros.*/

C - ERRADO. De acordo com o art. 96 da Lei Complementar nº. 840/2011, o auxílio-natalidade é devido à servidora efetiva por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento básico do serviço público distrital, inclusive no caso de natimorto, sendo que, na hipótese de parto múltiplo, o valor deve ser acrescido de 50% por nascituro (§ 1.º), não fazendo a lei complementar qualquer menção ou restrição quanto ao limite de nascituros.*/

D - ERRADO. De acordo com o art. 96 da Lei Complementar nº. 840/2011, o auxílio-natalidade é devido à servidora efetiva por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento básico do serviço público distrital, inclusive no caso

de natimorto, sendo que, na hipótese de parto múltiplo, o valor deve ser acrescido de 50% por nascituro (§ 1.º), não fazendo a lei complementar qualquer menção ou restrição quanto ao limite de nascituros.* /

Questão 43

Conforme o regime disciplinar do servidor público, constitui infração média

- A praticar ato incompatível com a moralidade administrativa.
- B perturbar, sem justa causa, a ordem e a serenidade no recinto da repartição.
- C não comparecer, quando convocado, a inspeção ou perícia médica.
- D descumprir dever funcional ou decisões administrativas emanadas dos órgãos competentes.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. De acordo com o art. 191, inciso IV, da Lei Complementar n.º 840/2011, praticar ato incompatível com a moralidade administrativa é uma infração média. As demais alternativas são infrações leves constantes no art. 190, incisos I, VIII e XIII, do referido diploma legal.* /

B - ERRADO. De acordo com o art. 191, inciso IV, da Lei Complementar n.º 840/2011, praticar ato incompatível com a moralidade administrativa é uma infração média. As demais alternativas são infrações leves constantes no art. 190, incisos I, VIII e XIII, do referido diploma legal.* /

C - ERRADO. De acordo com o art. 191, inciso IV, da Lei Complementar n.º 840/2011, praticar ato incompatível com a moralidade administrativa é uma infração média. As demais alternativas são infrações leves constantes no art. 190, incisos I, VIII e XIII, do referido diploma legal.* /

D - ERRADO. De acordo com o art. 191, inciso IV, da Lei Complementar n.º 840/2011, praticar ato incompatível com a moralidade administrativa é uma infração média. As demais alternativas são infrações leves constantes no art. 190, incisos I, VIII e XIII, do referido diploma legal.* /

Questão 44

O servidor público que exercer atividade privada incompatível com o horário do serviço poderá ser punido com a sanção de

- A advertência.
- B suspensão.
- C demissão.
- D cassação.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Segundo o art. 191, inciso III, da Lei Complementar n.º 840/2011, “exercer atividade privada incompatível com o horário do serviço” é uma infração média do grupo I. Ademais, de acordo com o art. 200 do referido diploma legal, a suspensão “é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou

subsídio dos dias em que estiver afastado”. Sendo assim, cabe, então, a sanção de suspensão à conduta citada.* /

B - CERTO. Segundo o art. 191, inciso III, da Lei Complementar n.º 840/2011, “exercer atividade privada incompatível com o horário do serviço” é uma infração média do grupo I. Ademais, de acordo com o art. 200 do referido diploma legal, a suspensão “é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou subsídio dos dias em que estiver afastado”. Sendo assim, cabe, então, a sanção de suspensão à conduta citada.* /

C - ERRADO. Segundo o art. 191, inciso III, da Lei Complementar n.º 840/2011, “exercer atividade privada incompatível com o horário do serviço” é uma infração média do grupo I. Ademais, de acordo com o art. 200 do referido diploma legal, a suspensão “é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou subsídio dos dias em que estiver afastado”. Sendo assim, cabe, então, a sanção de suspensão à conduta citada.* /

D - ERRADO. Segundo o art. 191, inciso III, da Lei Complementar n.º 840/2011, “exercer atividade privada incompatível com o horário do serviço” é uma infração média do grupo I. Ademais, de acordo com o art. 200 do referido diploma legal, a suspensão “é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou subsídio dos dias em que estiver afastado”. Sendo assim, cabe, então, a sanção de suspensão à conduta citada.* /

Questão 45

A sindicância é o procedimento investigativo destinado a identificar a autoria de infração disciplinar quando desconhecida, e a apurar a materialidade de infração disciplinar sobre a qual haja apenas indícios ou que tenha sido apenas noticiada, tendo prazo de conclusão de

- A até trinta dias, improrrogável.
- B até trinta dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade competente.
- C até sessenta dias, improrrogável.
- D até sessenta dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade competente.

Espaço livre

D - ERRADO. De acordo com o art. 214, § 2.º da Lei Complementar n.º 840/2011, o prazo para conclusão da sindicância é de até trinta dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade competente.*/

Questão 46

A Universidade de Brasília (UnB) anunciou, em 17 de fevereiro de 2023, o lançamento de edital para fomentar projetos de extensão que incentivem a participação feminina nas áreas de ciência e tecnologia. As iniciativas devem focar, especialmente, em escolas públicas do Distrito Federal, nos polos de extensão da universidade — localizados na Ceilândia, na Estrutural, no Paranoá, no Recanto das Emas — e nas casas universitárias de cultura da UnB.

Internet: <www.correiobraziliense.com.br> (com adaptações).

A temática do texto anterior relaciona-se a um eixo do Plano Distrital de Política para Mulheres (2020-2023). Assinale a opção correta que apresenta uma meta do referido eixo.

- A ampliar o acesso e o número de vagas para matrículas de mulheres e de seus filhos, desde a educação básica até a formação profissionalizante e superior
- B aumentar o número de mulheres que participam da formulação e implementação das políticas públicas, por meio da representação em conselhos, fóruns, comitês etc.
- C realizar ações educativas que favoreçam a participação das mulheres em espaços públicos e em eventos culturais e esportivos
- D estender o oferecimento de cursos que contribuam para a valorização da diversidade e para a superação do racismo, do sexismo, da lesbofobia e da transfobia

JUSTIFICATIVAS

A - 2 Plano Distrital de Política para Mulheres (2020 - 2023)._CERTO. O texto apresentado versa sobre vagas focadas na escola pública para a participação feminina nas áreas de ciência e tecnologia, o que se encaixa no contexto de ampliação de vagas do eixo de educação para a igualdade, que versa sobre a necessidade de garantir o acesso, a permanência e o sucesso de jovens e mulheres no que se refere à educação de qualidade.*/

B - 2 Plano Distrital de Política para Mulheres (2020 - 2023).Errado. O item se põe fora do contexto do texto, pois não se refere à formação e desenvolvimento educacional. O plano refere-se ao eixo de maior participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, que visa a promoção de mudanças culturais, legislativas e institucionais que contribuam para a construção de valores e atitudes equânimes e democráticas na implementação de políticas de igualdade de gênero.*/

C - 2 Plano Distrital de Política para Mulheres (2020 - 2023).Errado. O texto refere-se à participação feminina nas áreas de ciência e tecnologia e o item refere-se a eventos culturais e esportivos.*/

D - 2 Plano Distrital de Política para Mulheres (2020 - 2023).Errado. O item refere-se à valorização da diversidade social e o texto indica vagas nas escolas públicas para as áreas de ciência e tecnologia.*/

Questão 47

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o art. 214, § 2.º da Lei Complementar n.º 840/2011, o prazo para conclusão da sindicância é de até trinta dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade competente.*/

B - CERTO. De acordo com o art. 214, § 2.º da Lei Complementar n.º 840/2011, o prazo para conclusão da sindicância é de até trinta dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade competente.*/

C - ERRADO. De acordo com o art. 214, § 2.º da Lei Complementar n.º 840/2011, o prazo para conclusão da sindicância é de até trinta dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade competente.*/

Com referência ao atual Plano Distrital de Política para Mulheres (2020-2023), assinale a opção correta que apresenta ação prioritária do eixo de igualdade para as mulheres jovens, mulheres idosas e mulheres com deficiência.

- Ⓐ estruturação da Rota da Diversidade no DF e ações de fortalecimento desses grupos de mulheres
- Ⓑ ampliação de ações para qualificação profissional voltada às mulheres do DF
- Ⓒ aumento do número de Casas da Mulher Brasileira, com a implantação de unidades em algumas RAs
- Ⓓ estabelecimento de programas, projetos e ações que promovam o fortalecimento, a qualificação e a humanização da atenção integral à saúde física e mental

JUSTIFICATIVAS

A - 2 Plano Distrital de Política para Mulheres (2020 - 2023).Errado. A estruturação da Rota da Diversidade no DF, e ações de fortalecimento desses grupos de mulheres, foi uma das ações prioritárias destacadas por participantes da consulta pública no eixo 8 - enfrentamento do racismo, do sexismo, da lesbofobia e da transfobia.*/

B - 2 Plano Distrital de Política para Mulheres (2020 - 2023).CERTO. A ampliação de ações para qualificação profissional das mulheres, jovens e pessoas com deficiência foi uma das ações prioritárias destacadas por participantes da consulta pública no eixo 9, que se refere à igualdade para as mulheres jovens, mulheres idosas e mulheres com deficiência.*/

C - 2 Plano Distrital de Política para Mulheres (2020 - 2023).Errado. O aumento do número de Casas da Mulher Brasileira, com a implantação de unidades em algumas RAs, foi uma das ações prioritárias destacadas por participantes da consulta pública no eixo 4 - enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.*/

D - 2 Plano Distrital de Política para Mulheres (2020 - 2023).Errado. O estabelecimento de programas, projetos e ações que promovam o fortalecimento, a qualificação e a humanização da atenção integral à saúde física e mental foi uma das ações prioritárias destacadas por participantes da consulta pública no eixo 3 – saúde integral das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos.*/

Questão 48

No que se refere à dinâmica social e econômica das regiões administrativas (RAs) do Distrito Federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Lago Sul é a RA de maior renda média, maior escolaridade e menor percentual de pessoas negras moradoras.
- Ⓑ O setor do comércio é o que mais emprega e a maior quantidade de empregos formais está em Taguatinga.
- Ⓒ Águas Claras possui alta escolaridade, mas uma renda média similar à do Núcleo Bandeirante, considerado uma RA de escolaridade baixa.
- Ⓓ Apesar de metade da população da Ceilândia ter ou estar cursando o ensino superior, essa RA tem renda média baixa, o que a caracteriza como uma cidade-dormitório.

JUSTIFICATIVAS

A - 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011).CERTO. A renda *per capita* do Lago Sul é R\$ 23 mil (a segunda maior renda *per capita* é a do Lago Norte, com R\$ 12 mil), 83% da sua população possui nível superior e a população negra corresponde a 23% dos moradores (no Jardim Botânico, a população negra corresponde a 30%).*/

B - 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011).Errado. O setor que mais emprega é o de serviços e o Plano Piloto possui mais empregos formais que Taguatinga.*/

C - 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011).Errado. A escolaridade de Águas Claras é considerada média (56,6% da sua população tem ensino superior) e sua renda média é três vezes maior que a renda média do Núcleo Bandeirante.*/

D - 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011).Errado. Menos de 10% da população da Ceilândia se encontra no ensino superior.*/

Questão 49

Considerando a densidade urbana bruta como a área total com ocupação urbana, incluindo, além da área residencial, as áreas de demais usos (comercial, institucional, lazer e industrial) e as áreas comuns, assinale a opção correta em relação às RAs do Distrito Federal.

- Ⓐ Tomando o centro do DF como a RA I, quanto mais distante dele, menor a densidade urbana.
- Ⓑ Ceilândia é a RA mais populosa e possui a mais alta densidade urbana do DF.
- Ⓒ As RAs de maiores rendas, e que apresentam a maior quantidade de veículos, estão diretamente ligadas às maiores densidades urbanas.
- Ⓓ As RAs de menor tamanho territorial tendem a uma maior densidade urbana em seu espaço interno.

JUSTIFICATIVAS

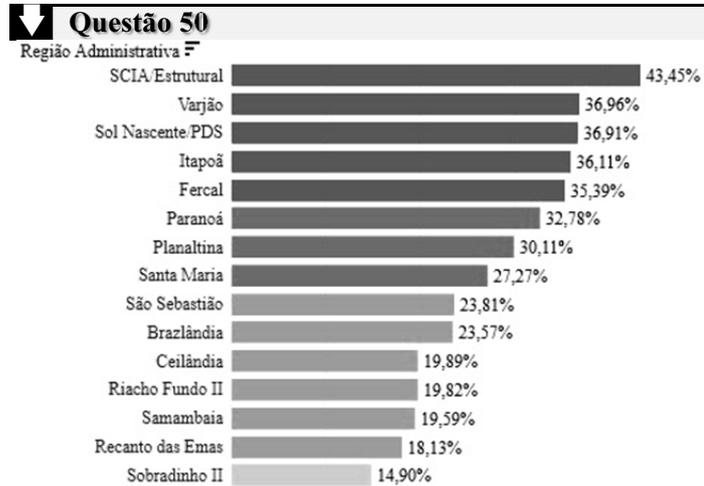
A - 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade social, geográfica e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011).Errado. Há RAs consideradas distantes da RA I (Plano Piloto) que possuem alta densidade urbana. Samambaia é um exemplo.*/

B - 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade social, geográfica e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011).CERTO. A densidade urbana de Ceilândia é a maior do DF, assim como sua população também é a maior.*/

C - 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade social, geográfica e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011).Errado. As quatro maiores densidades

urbanas do DF são as da Ceilândia, da Candangolândia, de São Sebastião e do Recanto das Emas. Nenhuma delas está entre as RAs de maiores rendas.*/

D - 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade social, geográfica e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011).Errado. RAs como Paranoá e Riacho Fundo (I e II) possuem tamanho territorial menor que Ceilândia e Samambaia, no entanto, também possuem densidade urbana menor.*/



Das informações apresentadas, divulgadas pela CODEPLAN, é possível inferir que o indicador utilizado no gráfico precedente refere-se a

- A** ônus excessivo do aluguel cujo valor é superior a 30% da renda domiciliar.
- B** domicílios improvisados de alvenaria ou madeira emparelhada.
- C** pessoas com renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.
- D** lote não regularizado ou domicílio não regularizado entre a população total.

Espaço livreA - 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade social e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011).Errado. Águas Claras é a RA com maior ônus no aluguel do DF, seguida do Núcleo Bandeirante, Guará e Plano Piloto.*/

B - 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade social e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011).Errado. Estrutural e Jardim Botânico são as RAs que possuem mais domicílios improvisados.*/

C - 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade social e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011). CERTO. As localidades citadas são as de menor renda no DF e a única opção que se mostra nesse sentido é a letra C, que indica um índice de renda domiciliar *per capita* de pessoas com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.*/

D - 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade social e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº

7.469/2011).Errado. Fercal e Vicente Pires são as RAs que mais possuem lotes não regularizados no DF.*/

evitar a consumação de dano, mas não há a figura da responsabilidade civil preventiva.*/

B - ERRADA. O dano moral é relativamente independente do dano patrimonial. Não necessariamente decorre dele.*/

C - CERTA. Caso o agente causador de dano íntegro pessoa jurídica da administração pública indireta do DF, caberá à própria pessoa jurídica responder pela indenização, e não ao ente federado.*/

D - ERRADA. Submetem-se ao regime objetivo de responsabilização as delegatárias de serviços públicos na forma do art. 175 da Constituição Federal de 1988, incluídas, portanto, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos.*/

Questão 56

A delegação de serviços públicos

- Ⓐ pode abranger qualquer função estatal.
- Ⓑ obedece a princípios como o da modicidade de tarifas, quando estas forem aplicáveis.
- Ⓒ ocorre no caso de exercício direto desses serviços.
- Ⓓ exige, para efetivar a transferência da titularidade do serviço delegado, especificamente a concessão.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. Existem funções estatais que não podem ser objeto de delegação — por exemplo, a jurisdicional e a de emissão de moeda.*/

B - CERTA. Quando há cobrança de tarifa, aplica-se o princípio da modicidade.*/

C - ERRADA. Quando há delegação, a execução do serviço é indireta.*/

D - ERRADA. A delegação pode dar-se via concessão ou permissão de serviço público.*/

Questão 57

Acerca das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), assinale a opção correta.

- Ⓐ A qualificação de OSCIP destina-se às entidades que já executam serviços públicos.
- Ⓑ Quaisquer pessoas jurídicas de direito privado voltadas ao fortalecimento da democracia podem receber a qualificação de OSCIP.
- Ⓒ Constatado, a qualquer momento, o desaparecimento do interesse público na continuidade do vínculo da administração pública com a OSCIP, tal qualificação da entidade pode ser revogada por ato discricionário e sumário do poder público.
- Ⓓ As OSCIP não podem ter finalidade lucrativa e são vinculadas à administração pública por meio de termo de parceria, para executar atividades de interesse público.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. As OSCIP não se destinam a exercer serviço público, mas atividade privada.*/

B - ERRADA. Várias pessoas jurídicas são legalmente excluídas da qualificação de OSCIP, como, entre outras, as organizações partidárias e suas fundações, ainda que sejam voltadas ao fortalecimento da democracia.*/

C - ERRADA. Não há previsão legal de perda da qualificação de OSCIP por ato discricionário e sumário do poder público.*/

D - CERTA. A opção apresenta os requisitos estabelecidos na Lei n.º 9.790/1999.*/

Questão 58

Com base na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações (Lei de Improbidade Administrativa — LIA), assinale a opção correta.

- Ⓐ Não cabe condenação por improbidade administrativa se o ato praticado for interpretado como ímprobo a partir de entendimento jurisprudencial não pacificado.
- Ⓑ Atos contrários aos princípios da administração pública não mais podem fundamentar condenação por improbidade administrativa, haja vista as alterações feitas na LIA pela Lei n.º 14.230/2021.
- Ⓒ Atualmente, não cabe cumulação de ação de improbidade administrativa com ação penal por um mesmo fato.
- Ⓓ Agentes políticos, como prefeitos e governadores, não mais respondem por improbidade administrativa nos termos da LIA, pois a eles é reservado regime específico de responsabilidade.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTA. Com as mudanças introduzidas pela Lei n.º 14.230/2021, a Lei n.º 8.429/1992 passou a prever expressamente, em seu art. 1.º, que “§ 8.º Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.”*/

B - ERRADA. Ainda cabe condenação por ato de improbidade administrativa contrário a princípio da administração pública, mas de forma mais restrita do que antes da alteração promovida pela Lei n.º 14.230/2021.*/

C - ERRADA. A Lei n.º 14.230/2021 não proibiu cumulação de ações, nem poderia fazê-lo, devido à expressa previsão constitucional dessa possibilidade.*/

D - ERRADA. Apenas o presidente da República não responde por improbidade administrativa nos termos da Lei n.º 8.429/1992, porque se submete ao regime dos crimes de responsabilidade. Os demais agentes políticos continuam a sujeitar-se à referida lei.*/

Questão 59

No que diz respeito ao pregão, assinale a opção correta conforme a Lei n.º 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

- Ⓐ A adoção do pregão é, em princípio, obrigatória caso o objeto da licitação possa ser adquirido por essa modalidade.
- Ⓑ Pregão é a única modalidade de licitação em que a habilitação dos licitantes ocorre após a avaliação das propostas.
- Ⓒ O pregão atualmente pode ser usado, com seu rito específico, para aquisição de qualquer bem ou serviço.
- Ⓓ Denomina-se leiloeiro o agente público responsável por conduzir o procedimento de pregão.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTA. Com as alterações trazidas no art. 29, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, o pregão, quando cabível, passou a ser obrigatório.*/

B - ERRADA. O procedimento de habilitação após julgamento das propostas não é mais específico do pregão.*/
 C - ERRADA. Apenas bens e serviços considerados comuns podem ser adquiridos mediante pregão.*/
 D - ERRADA. O condutor do processo de pregão chama-se pregoeiro, e não leiloeiro.*

Questão 60

Em relação ao sistema de registro de preços (SRP), assinale a opção correta segundo o Decreto n.º 7.892/2013.

- A A adoção do SRP cabe para contratações futuras, mas não para entregas parceladas.
- B A ata de registro de preços não possui caráter obrigatório, sendo apenas indicadora das condições pelas quais o fornecedor se mostra disposto a contratar com a administração pública.
- C É juridicamente admissível o SRP se não for possível estabelecer, de forma antecipada, o quantitativo do objeto a ser adquirido pelo poder público.
- D A licitação para registro de preços deve fazer-se pelos critérios de melhor técnica ou preço.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADA. O Decreto n.º 7.892/2013 expressamente admite, no art. 3.º, inciso II, a adoção do sistema de registro de preços para contratação com entregas parceladas.*/
 B - ERRADA. A ata de registro de preços vincula o fornecedor, conforme prevê o art. 2.º, inciso II, do Decreto n.º 7.892/2013.*/
 C - CERTA. A hipótese de impossibilidade de definir previamente o quantitativo do objeto a ser adquirido pelo poder público é um dos casos de cabimento do sistema de registro de preços, conforme explicitamente indicado no art. 3.º, inciso IV, do Decreto n.º 7.892/2013.*/
 D - ERRADA. A regra da licitação para registro de preços é a de julgamento pelo critério de menor preço, na forma do art. 7.º, caput, do Decreto n.º 7.892/2013. Seu § 1.º admite julgamento por técnica e preço em caráter excepcional.*

Questão 61

O detentor de cargo no serviço público que dispuser da compatibilidade de horários para o exercício desse cargo e de um cargo com mandato eletivo poderá perceber cumulativamente as vantagens de seu cargo, emprego ou função e a remuneração de cargo eletivo, desde que seja eleito para o exercício do cargo de

- A vereador.
- B prefeito.
- C deputado estadual.
- D deputado federal.

JUSTIFICATIVAS

A - 1 Organização do Estado e da administração pública. CERTO. De acordo com o inciso III do art. 38 da Constituição Federal de 1988, o mandato de vereador permite a percepção das vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários. Os cargos de prefeito, de deputado estadual e deputado federal não permitem.*/
 B - 1 Organização do Estado e da administração pública. Errado. De acordo com o inciso III do art. 38 da Constituição Federal de 1988, o mandato de vereador permite a percepção das vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários. Os cargos de prefeito, de deputado estadual e deputado federal não permitem.*/
 C - 1 Organização do Estado e da administração pública. Errado. De acordo com o inciso III do art. 38 da Constituição Federal de 1988, o mandato de vereador permite a percepção das vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários. Os cargos de prefeito, de deputado estadual e deputado federal não permitem.*/
 D - 1 Organização do Estado e da administração pública. Errado. De acordo com o inciso III do art. 38 da Constituição Federal de 1988, o mandato de vereador permite a percepção das vantagens

do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários. Os cargos de prefeito, de deputado estadual e deputado federal não permitem.*

Questão 62

Julgue os próximos itens, a respeito de aspectos referentes à organização da administração pública.

- I As pessoas jurídicas de direito privado, quando atuarem na prestação de serviços públicos, responderão pelos danos causados pelos seus agentes a terceiros.
- II Em caso de ato de improbidade administrativa, não haverá prejuízo da ação penal cabível, mesmo que haja ressarcimento dos prejuízos ao erário.
- III É legalmente permitido realizar publicidade de obras públicas contendo o nome da autoridade responsável, como forma de promover o reconhecimento pela realização.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - 1 Organização do Estado e da administração pública. Errado. Apenas os itens I e II estão corretas, pois de acordo com o §6.º do art. 37 da CF/88, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. De acordo com o §4.º do art. 37 da CF/88, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. De acordo com o §1.º do art. 37 da CF/88, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*/
 B - 1 Organização do Estado e da administração pública. CERTO. Apenas os itens I e II estão corretas, pois de acordo com o §6.º do art. 37 da CF/88, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. De acordo com o §4.º do art. 37 da CF/88, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. De acordo com o §1.º do art. 37 da CF/88, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*/
 C - 1 Organização do Estado e da administração pública. Errado. Apenas os itens I e II estão corretas, pois de acordo com o §6.º do art. 37 da CF/88, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. De acordo com o §4.º do art. 37 da CF/88, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. De acordo com o §1.º do art. 37 da CF/88, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*/
 D - 1 Organização do Estado e da administração pública. Errado. Apenas os itens I e II estão corretas, pois de acordo com o §6.º

do art. 37 da CF/88, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. De acordo com o §4.º do art. 37 da CF/88, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. De acordo com o §1.º do art. 37 da CF/88, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*

Questão 63

O modelo burocrático de administração pública caracteriza-se por

- A flexibilidade e orientação para clientes e resultados.
- técnicas de administração similares às da iniciativa privada com vistas à eficiência do sistema.
- hierarquia de cargos bem definida, regramento de condutas e formalização documental de processos administrativos.
- descentralização administrativa e estruturas funcionais horizontalizadas.

JUSTIFICATIVAS

A - 2 Modelos teóricos de administração pública. 2.1 Patrimonialista, burocrático e gerencial. Errado. A flexibilidade e a orientação para clientes e resultados são características do modelo de administração gerencial.*

B - 2 Modelos teóricos de administração pública. 2.1 Patrimonialista, burocrático e gerencial. Errado. A busca da eficiência do sistema por meio de técnicas de administração similares à iniciativa privada é uma das características do modelo de administração gerencial.*

C - 2 Modelos teóricos de administração pública. 2.1 Patrimonialista, burocrático e gerencial. CERTO. No modelo de administração burocrático, observa-se a hierarquia de cargos bem definida, o regramento de condutas e a alta formalidade administrativa.*

D - 2 Modelos teóricos de administração pública. 2.1 Patrimonialista, burocrático e gerencial. Errado. A descentralização administrativa e estruturas funcionais horizontalizadas são características do modelo de administração gerencial.*

Questão 64

O predomínio de critérios objetivos na orientação para a ação, a utilização de métodos mais eficientes para a realização dos objetivos desejados, a capacidade de trabalhar com informações precisas, processá-las e utilizá-las no processo decisório e a capacidade de avaliar objetivamente as consequências das decisões são conteúdos inerentes aos processos de modernização da administração pública que se correlacionam com propósitos de

- economicidade.
- cidadania.
- qualidade.
- racionalidade.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Economicidade: Capacidade de buscar sempre a otimização dos recursos humanos e materiais para a produção de efeitos econômicos; Capacidade de protelar gratificações imediatas para valores que terão resultados e fruição futuros; Capacidade de submeter cursos de ação alternativos ao crivo analítico da relação custo/benefício.*

B - Errado. Cidadania: Compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade e das suas inter-relações; aceitação e preservação dos valores pré-definidos, como critérios legítimos para a atribuição de poder, responsabilidade e riqueza; aplicação de critérios de desempenho, relações custo/benefício, coerência e

outros - no processo de escolha de governantes; acompanhamento informacional, objetivo e crítico das atividades e desempenho.*

C - Errado. Qualidade: É mensurada nas atividades contra padrões sempre mais exigentes; atualização e aperfeiçoamento como atividade permanente. A qualidade é observada como síntese da economicidade, satisfação, eficiência e funcionalidade.*

D - CERTO. Racionalidade: Consiste na predominância de critérios objetivos na orientação para a ação; identificação dos meios mais eficientes para a realização dos objetivos desejados; capacidade de trabalhar com informações precisas, processá-las e utilizá-las no processo decisório pessoal e organizacional; capacidade de avaliar objetivamente as consequências das decisões.*

Questão 65

Assinale a opção que expressa uma tendência evolutiva em busca da modernização da administração pública visando a constituição de instituições mais fortes e aptas a responderem aos desafios sociais.

- Ênfase na capacidade gerencial do servidor público visando incentivar a inovação.
- Ocupação de cargos-chave segundo critérios político-partidários.
- Formalização de contratos de gestão flexíveis, suscetíveis a interferências políticas.
- Adoção de estilo gerencial autoritário e hierarquicamente rígido.

JUSTIFICATIVAS

A - 3 Processos de modernização da administração pública. CERTO. Deve ser dada ênfase na capacidade gerencial do servidor público como incentivo à inovação.*

B - 3 Processos de modernização da administração pública. Errado. O preenchimento de cargos-chave deve ser por funcionários de carreira, profissionais especializados, treinados e equipados com tecnologias gerenciais e métodos e dotados de recursos orçamentários.*

C - 3 Processos de modernização da administração pública. Errado. Deve haver limitação na interferência política sobre a administração, mediante contratos de gestão flexíveis, inclusive por meio de arranjos organizacionais experimentais.*

D - 3 Processos de modernização da administração pública. Errado. O estilo gerencial deve ser mais flexível, com análises de custos e benefícios, mais comunicação e interatividade.*

Questão 66

Considere as seguintes situações.

- I A gestão de uma instituição pública tem-se mostrado pouco transparente, suas prestações de contas são intempestivas e a integridade está comprometida por atos desabonadores dos seus dirigentes.
- II Constatam-se problemas na prestação de contas das ações de alguns gestores públicos, situação que leva à responsabilização desses gestores pelos seus atos.

Nessas situações hipotéticas, as situações descritas correspondem, respectivamente, a problemas de

- governabilidade e *accountability*.
- governança e *accountability*.
- governabilidade e governança.
- accountability* e governabilidade.

JUSTIFICATIVAS

A - 4.1 Governabilidade, governança e *accountability*. Errado. Trata-se, respectivamente, de questões de governança e *accountability*. As boas práticas de governança na gestão pública, com seus princípios de transparência, integridade e prestação de

contas, colocam em ação um modelo de Estado voltado para a gestão na qual os gestores públicos têm mais autonomia e responsabilidade na tomada de decisão, tendo como foco o fornecimento de serviços de qualidade a uma sociedade cada vez mais exigente.

O termo *accountability* está associado à prestação de contas e responsabilização. Em uma sociedade com *accountability* plena, espera-se que os gestores públicos prestem contas de suas ações, confirmem publicidade a suas decisões e consultem a sociedade antes da tomada das decisões mais importantes.

Governabilidade é a capacidade política do Estado, a governabilidade tem relação com a legitimidade. Um representante sem governabilidade torna seu mandato inviável, visto, que fica impedido de aprovar suas propostas de governo.*/ B - 4.1 Governabilidade, governança e *accountability*. CERTO. Trata-se, respectivamente, de questões de governança e *accountability*. As boas práticas de governança na gestão pública, com seus princípios de transparência, integridade e prestação de contas, colocam em ação um modelo de Estado voltado para a gestão na qual os gestores públicos têm mais autonomia e responsabilidade na tomada de decisão, tendo como foco o fornecimento de serviços de qualidade a uma sociedade cada vez mais exigente.

O termo *accountability* está associado à prestação de contas e responsabilização. Em uma sociedade com *accountability* plena, espera-se que os gestores públicos prestem contas de suas ações, confirmem publicidade a suas decisões e consultem a sociedade antes da tomada das decisões mais importantes.

Governabilidade é a capacidade política do Estado, a governabilidade tem relação com a legitimidade. Um representante sem governabilidade torna seu mandato inviável, visto, que fica impedido de aprovar suas propostas de governo.*/ C - 4.1 Governabilidade, governança e *accountability*. Errado. Trata-se, respectivamente, de questões de governança e *accountability*. As boas práticas de governança na gestão pública, com seus princípios de transparência, integridade e prestação de contas, colocam em ação um modelo de Estado voltado para a gestão na qual os gestores públicos têm mais autonomia e responsabilidade na tomada de decisão, tendo como foco o fornecimento de serviços de qualidade a uma sociedade cada vez mais exigente.

O termo *accountability* está associado à prestação de contas e responsabilização. Em uma sociedade com *accountability* plena, espera-se que os gestores públicos prestem contas de suas ações, confirmem publicidade a suas decisões e consultem a sociedade antes da tomada das decisões mais importantes.

Governabilidade é a capacidade política do Estado, a governabilidade tem relação com a legitimidade. Um representante sem governabilidade torna seu mandato inviável, visto, que fica impedido de aprovar suas propostas de governo.*/ D - 4.1 Governabilidade, governança e *accountability*. Errado. Trata-se, respectivamente, de questões de governança e *accountability*. As boas práticas de governança na gestão pública, com seus princípios de transparência, integridade e prestação de contas, colocam em ação um modelo de Estado voltado para a gestão na qual os gestores públicos têm mais autonomia e responsabilidade na tomada de decisão, tendo como foco o fornecimento de serviços de qualidade a uma sociedade cada vez mais exigente.

O termo *accountability* está associado à prestação de contas e responsabilização. Em uma sociedade com *accountability* plena, espera-se que os gestores públicos prestem contas de suas ações, confirmem publicidade a suas decisões e consultem a sociedade antes da tomada das decisões mais importantes.

Governabilidade é a capacidade política do Estado, a

governabilidade tem relação com a legitimidade. Um representante sem governabilidade torna seu mandato inviável, visto, que fica impedido de aprovar suas propostas de governo.*/



Questão 67

No que se refere à gestão de *compliance*, julgue os próximos itens.

- I O *compliance* público, assim como o privado, deve estar desassociado da governança.
- II Programas de *compliance* visam à gestão da integridade e à prevenção, detecção e remediação de fraudes e irregularidades.
- III O *compliance* reduz os riscos de danos à imagem institucional, mas não possibilita o combate à corrupção.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - 4.2 *Compliance* na administração pública. Errado. Apenas o item II está correto, pois o *compliance* público, assim como o privado, não deve estar desassociado da governança e o *compliance* reduz os riscos de danos à imagem institucional e possibilita o combate à corrupção. No entanto, os Programas de *compliance* visam à gestão da integridade, à prevenção, detecção e remediação de fraudes e irregularidades.*/

B - 4.2 *Compliance* na administração pública. Errado. Apenas o item II está correto, pois o *compliance* público, assim como o privado, não deve estar desassociado da governança e o *compliance* reduz os riscos de danos à imagem institucional e possibilita o combate à corrupção. No entanto, os Programas de *compliance* visam à gestão da integridade, à prevenção, detecção e remediação de fraudes e irregularidades.*/

C - 4.2 *Compliance* na administração pública. CERTO. Apenas o item II está correto, pois o *compliance* público, assim como o privado, não deve estar desassociado da governança e o *compliance* reduz os riscos de danos à imagem institucional e possibilita o combate à corrupção. No entanto, os Programas de *compliance* visam à gestão da integridade, à prevenção, detecção e remediação de fraudes e irregularidades.*/

D - 4.2 *Compliance* na administração pública. Errado. Apenas o item II está correto, pois o *compliance* público, assim como o privado, não deve estar desassociado da governança e o *compliance* reduz os riscos de danos à imagem institucional e possibilita o combate à corrupção. No entanto, os Programas de *compliance* visam à gestão da integridade, à prevenção, detecção e remediação de fraudes e irregularidades.*/



Questão 68

A iniciativa “Implementar recursos para criação de uma rede *blockchain* do Governo Federal interoperável, com uso de identificação confiável e de algoritmos seguros”, que faz parte da estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023, está vinculada ao objetivo de

- A acesso digital único aos serviços públicos.
- B oferta de serviços públicos digitais.
- C serviços preditivos e personalizados ao cidadão.
- D serviços públicos do futuro e tecnologias emergentes.

JUSTIFICATIVAS

A - 5 Governo eletrônico, transparência, comunicação e redes organizacionais. Errado. O Decreto n.º 10.332/20 institui objetivos, princípios e iniciativas referentes a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023. Acesso digital único aos serviços públicos é o objetivo 4, composto pelas

seguintes iniciativas:

- Iniciativa 4.1. Consolidar mil e quinhentos domínios do Governo federal no portal único gov.br, até 2022. (Redação dada pelo Decreto n.º 11.260, de 2022).

- Iniciativa 4.2. Integrar todos os Estados à Rede Gov.br, até 2022.

- Iniciativa 4.3. Consolidar a oferta dos aplicativos móveis na conta única do Governo federal nas lojas, até 2020.

- Iniciativa 4.4: Ampliar a utilização do *login* único de acesso gov.br para mil serviços públicos digitais, até 2022.*/

B - 5 Governo eletrônico, transparência, comunicação e redes organizacionais. Errado. O Decreto n.º 10.332/20 institui objetivos, princípios e iniciativas referentes a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023. Oferta de serviços públicos digitais é o objetivo 1, composto pelas seguintes iniciativas:

- Iniciativa 1.1. Transformar todas as etapas e os serviços públicos digitalizáveis, até 2023. (Redação dada pelo Decreto n.º 11.260, de 2022).

- Iniciativa 1.2. Simplificar e agilizar a abertura, a alteração e a extinção de empresas no Brasil, de forma que esses procedimentos possam ser realizados em um dia, até 2022.*/

C - 5 Governo eletrônico, transparência, comunicação e redes organizacionais. Errado. O Decreto n.º 10.332/20 institui objetivos, princípios e iniciativas referentes a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023. Serviços preditivos e personalizados ao cidadão é o objetivo 9, composto pelas seguintes iniciativas:

- Iniciativa 9.1. Implantar mecanismo de personalização da oferta de serviços públicos digitais, baseados no perfil do usuário, até 2022.

- Iniciativa 9.2. Ampliar a notificação ao cidadão em, no mínimo, vinte e cinco por cento dos serviços digitais.*/

D - 5 Governo eletrônico, transparência, comunicação e redes organizacionais. CERTO. O Decreto n.º 10.332/20 estabelece objetivos, princípios e iniciativas referentes a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023. Serviços preditivos e personalizados ao cidadão é o objetivo 8, composto pelas seguintes iniciativas:

- Iniciativa 8.1 Desenvolver, no mínimo, seis projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com parceiros do Governo federal, instituições de ensino superior, setor privado e terceiro setor, até 2022.

- Iniciativa 8.2. Implementar recursos de inteligência artificial em, no mínimo, doze serviços públicos federais, até 2022.

Iniciativa 8.3. Disponibilizar, pelo menos, nove conjuntos de dados por meio de soluções de *blockchain* na administração pública federal, até 2022.

- Iniciativa 8.4. Implementar recursos para criação de uma rede *blockchain* do Governo federal interoperável, com uso de identificação confiável e de algoritmos seguros.

- Iniciativa 8.5. Implantar um laboratório de experimentação de dados com tecnologias emergentes até 2023. (Redação dada pelo Decreto n.º 11.260, de 2022).*/

Questão 69

O gerenciamento do relacionamento entre a administração pública e o consumidor ou cidadão pode ser favorecido pela adoção do sistema tecnológico denominado

- A** CRM (*customer relationship management*).
- B** BI (*business intelligence*).
- C** *data mining*.
- D** ERP (*enterprise resource planning*).

JUSTIFICATIVAS

A - 6 Tecnologias gerenciais e organizacionais aplicáveis na administração pública. CERTO. O CRM é uma tecnologia de gerenciamento do relacionamento com o consumidor que envolve processos e SIs. Esse sistema busca a satisfação total do cliente, ou cidadão, considerando que todas as áreas de uma organização são responsáveis por isso e não apenas as áreas de atendimento, como seria de se esperar.*/

B - 6 Tecnologias gerenciais e organizacionais aplicáveis na administração pública. Errado. O sistema de BI corresponde a técnicas, processos, ferramentas e métodos que oferecem ao usuário instrumentos para análises de cenários de mercado, em todos os níveis da organização e em todos os tipos de estruturas organizacionais. Tais análises visam subsidiar o processo de tomada de decisão nas organizações com o intuito de aumentar o grau de confiabilidade no transcurso das ações.*/

C - 6 Tecnologias gerenciais e organizacionais aplicáveis na administração pública. Errado. O Data Mining corresponde ao ato de extrair informações do Data Warehouse (DW) para identificar tendências, padrões de negócio e cenários. É possível realizar simulações e fazer testes de hipóteses. Para efetuar a mineração, é necessário um conjunto de ferramentas denominadas Online Analytical Processing (OLAP).*/

D - 6 Tecnologias gerenciais e organizacionais aplicáveis na administração pública. Errado. Os sistemas do tipo ERP buscam integrar os principais processos organizacionais, envolvendo produção, finanças, materiais, vendas etc. e, embora tenham sua origem em sistemas de gestão de indústrias, hoje atendem às mais diversas áreas envolvendo Gestão Pública, hospitais e instituições bancárias.*/

Questão 70

De acordo com a ética pertinente ao exercício de cargo na administração pública, julgue os seguintes itens.

- I Um dos compromissos do servidor público é servir à sociedade e demonstrar comportamento inquestionável, preservando sempre o interesse coletivo, agindo sempre com impessoalidade e zelando pela eficiência do serviço público.
- II A boa-fé, a honestidade, a fidelidade ao interesse público, a impessoalidade, a dignidade e o decoro no exercício de suas funções, a lealdade às instituições, a cortesia, a transparência, a eficiência e a presteza são princípios que devem balizar a conduta do servidor público.
- III Os atos e fatos verificados na conduta cotidiana da vida do servidor público poderão acrescentar ou diminuir o bom conceito da sua vida funcional.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas os itens I e II estão certos.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - 7 Ética na função pública. Errado. Os itens I, II e III estão corretos. Servir à sociedade e demonstrar comportamento inquestionável, preservando sempre o interesse coletivo, agindo sempre com impessoalidade e zelando pela eficiência do serviço público é compromisso do servidor público. A boa-fé, a honestidade, a fidelidade ao interesse público, a impessoalidade, a dignidade e decoro no exercício de suas funções, a lealdade às instituições, a cortesia, a transparência, a eficiência e a presteza são princípios que devem fazer parte do exercício do serviço público e os atos e fatos verificados na conduta cotidiana da vida do servidor público, mesmo que em sua vida privada, poderão acrescentar ou diminuir o bom conceito da sua vida funcional.*/

B - 7 Ética na função pública. Errado. Os itens I, II e III estão corretos. Servir à sociedade e demonstrar comportamento inquestionável, preservando sempre o interesse coletivo, agindo sempre com impessoalidade e zelando pela eficiência do serviço público é compromisso do servidor público. A boa-fé, a honestidade, a fidelidade ao interesse público, a impessoalidade,

a dignidade e decoro no exercício de suas funções, a lealdade às instituições, a cortesia, a transparência, a eficiência e a presteza são princípios que devem fazer parte do exercício do serviço público e os atos e fatos verificados na conduta cotidiana da vida do servidor público, mesmo que em sua vida privada, poderão acrescentar ou diminuir o bom conceito da sua vida funcional.*/

C - 7 Ética na função pública. Errado. Os itens I, II e III estão corretos. Servir à sociedade e demonstrar comportamento inquestionável, preservando sempre o interesse coletivo, agindo sempre com impessoalidade e zelando pela eficiência do serviço público é compromisso do servidor público. A boa-fé, a honestidade, a fidelidade ao interesse público, a impessoalidade, a dignidade e decoro no exercício de suas funções, a lealdade às instituições, a cortesia, a transparência, a eficiência e a presteza são princípios que devem fazer parte do exercício do serviço público e os atos e fatos verificados na conduta cotidiana da vida do servidor público, mesmo que em sua vida privada, poderão acrescentar ou diminuir o bom conceito da sua vida funcional.*/

D - 7 Ética na função pública. CERTO. Os itens I, II e III estão corretos. Servir à sociedade e demonstrar comportamento inquestionável, preservando sempre o interesse coletivo, agindo sempre com impessoalidade e zelando pela eficiência do serviço público é compromisso do servidor público. A boa-fé, a honestidade, a fidelidade ao interesse público, a impessoalidade, a dignidade e decoro no exercício de suas funções, a lealdade às instituições, a cortesia, a transparência, a eficiência e a presteza são princípios que devem fazer parte do exercício do serviço público e os atos e fatos verificados na conduta cotidiana da vida do servidor público, mesmo que em sua vida privada, poderão acrescentar ou diminuir o bom conceito da sua vida funcional.*/

Questão 71

A população-alvo de um levantamento estatístico consiste de residentes com mais de 16 anos de idade nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O objetivo desse levantamento é obter uma estimativa P da proporção de cidadãos dessa população-alvo que se sentem satisfeitos com certo serviço público digital. A coleta dos dados será feita por amostragem probabilística, mediante sorteio aleatório de 1.000 pessoas em São Paulo, 600 pessoas no Rio de Janeiro e 400 pessoas em Belo Horizonte, perfazendo o total de 2.000 pessoas. A estimativa P será obtida com base nas informações hipotéticas indicadas na tabela a seguir.

região metropolitana	número de pessoas com mais de 16 anos de idade (em milhões)	tamanho da amostra
São Paulo	18	1.000
Rio de Janeiro	10	600
Belo Horizonte	4	400
total (tamanho da população-alvo)	32	2.000

Conforme a descrição precedente, o levantamento estatístico em apreço remete a uma amostragem

- A** aleatória simples.
- B** sistemática.
- C** por conglomerados.
- D** estratificada.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. A segmentação da população-alvo não é aspecto característico da amostragem aleatória simples.*/

B - Errado. A segmentação da população-alvo e a amostragem aleatória em cada subpopulação não são aspectos característicos de uma amostragem sistemática.*/

C - Errado. A amostragem aleatória em cada subpopulação que constitui a população-alvo não é aspecto característico de uma amostragem por conglomerados.*/

D - CERTO. A segmentação da população-alvo, a amostragem

aleatória em cada subpopulação, e a obtenção de uma estimativa P com base nas informações hipotéticas indicadas na tabela em questão são aspectos característicos de uma amostragem estratificada.*/

Questão 72

Dois conjuntos de dados, X e Y , possuem a mesma média amostral. Os tamanhos desses conjuntos de dados e suas respectivas variâncias amostrais se encontram na tabela a seguir.

conjunto de dados	tamanho da amostra (n)	variância amostral (s^2)
X	10	5
Y	16	1

Nessa situação hipotética, se os dois conjuntos de dados forem reunidos, formando um único conjunto de dados com 26 observações, a variância amostral desse novo conjunto será igual a

- A** 2,4.
- B** 3,0
- C** 3,2.
- D** 6,0.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. Como as médias de X e Y são coincidentes, a média dos dados reunidos se mantém a mesma. As somas dos quadrados de X e de Y em torno dessa média são, respectivamente, iguais a 45 e 15. Logo, a variância amostral dos dados reunidos é $(45+15)/25 = 2,4$.*/

B - Errado. Se as somas dos quadrados de X e de Y em torno de uma média comum são, respectivamente, iguais a 45 e 15, a variância amostral dos dados reunidos não poderia ser igual a 3,0.*/

C - Errado. Se as somas dos quadrados de X e de Y em torno de uma média comum são, respectivamente, iguais a 45 e 15, a variância amostral dos dados reunidos não poderia ser igual a 3,2.*/

D - Errado. Se as somas dos quadrados de X e de Y em torno de uma média comum são, respectivamente, iguais a 45 e 15, a variância amostral dos dados reunidos não poderia ser igual a 6,0.*/

Questão 73

O conjunto de dados $X = \{0, 0, 1, 5, 6, 9\}$ possui amplitude amostral R , média amostral \bar{x} , mediana amostral Md e moda amostral Mo .

Nessa situação hipotética, a razão $\frac{2\bar{x}-Md-Mo}{2R}$ será igual a

- A** $-\frac{5}{18}$.
- B** $-\frac{3}{18}$.
- C** 0.
- D** $\frac{4}{18}$.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Como $R = 9$, $\bar{x} = 3,5$, $Md = 3$ e $Mo = 0$, a razão em tela não pode ser igual a $-5/18$.*/

B - Errado. Como $R = 9$, $\bar{x} = 3,5$, $Md = 3$ e $Mo = 0$, a razão em tela não pode ser igual a $-3/18$.*/

C - Errado. Como $R = 9$, $\bar{x} = 3,5$, $Md = 3$ e $Mo = 0$, a razão em tela não pode ser igual a zero.* /

D - CERTO. Como $R = 9$, $\bar{x} = 3,5$, $Md = 3$ e $Mo = 0$, a razão em tela deve ser igual a $(7 - 3)/18 = 4/18$.* /

Questão 74

No espaço amostral Ω , $A \subset \Omega$, $B \subset \Omega$ e $C \subset \Omega$ são eventos aleatórios tais que B e C são eventos mutuamente independentes e $A \subset B$, com $P(A) = 0,15$, $P(B) = 0,30$ e $P(C) = 0,50$.

De acordo com essa situação hipotética, $P(A \cup B \cup C)$ será igual a

- A 0,50.
- B 0,65.
- C 0,80.
- D 0,95.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Como B e C são eventos mutuamente independentes e $A \subset B$, $P(A \cup B \cup C)$ não poderia ser igual a 0,50.* /

B - CERTO. Como B e C são eventos mutuamente independentes e $A \subset B$, $P(A \cup B \cup C) = P(B) + P(C) - P(B)P(C) = 0,3 + 0,5 - 0,15 = 0,65$.* /

C - Errado. Como B e C são eventos mutuamente independentes e $A \subset B$, $P(A \cup B \cup C)$ não poderia ser igual a 0,80.* /

D - Errado. Como B e C são eventos mutuamente independentes e $A \subset B$, $P(A \cup B \cup C)$ não poderia ser igual a 0,95.* /

Questão 75

Três diferentes metodologias de trabalho – M_1 , M_2 e M_3 – propiciam diferentes probabilidades de sucesso na execução de uma tarefa e, do ponto de vista probabilístico, essas probabilidades são $P(S|M_1) = 0,9$, $P(S|M_2) = 0,8$ e $P(S|M_3) = 0,7$, em que S é o evento que indica sucesso na execução da tarefa. Os eventos M_1 , M_2 e M_3 formam uma partição do espaço amostral e $P(M_1) = 0,2$ e $P(M_2) = 0,3$.

De acordo com essas informações, caso uma tarefa tenha sucesso, a probabilidade de que ela tenha sido executada pela metodologia M_1 será igual a

- A $\frac{9}{50}$.
- B $\frac{1}{5}$.
- C $\frac{18}{77}$.

- D $\frac{9}{10}$.

JUSTIFICATIVAS

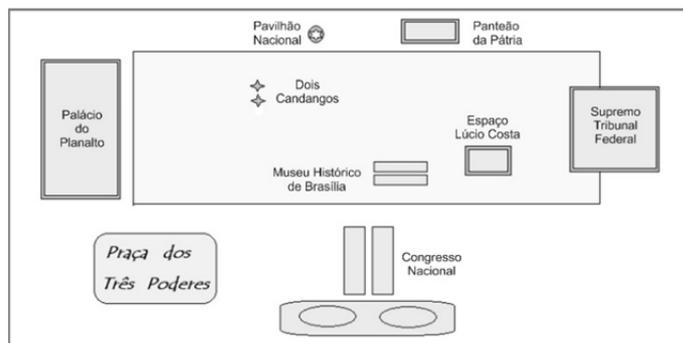
A - Errado. $P(M_1|S)$ não poderia ser igual a 0,18.* /

B - Errado. $P(M_1|S)$ não poderia ser igual a 0,20.* /

C - CERTO. Se uma tarefa foi bem sucedida, a probabilidade de ela ter sido executada pela metodologia M_1 é igual a $P(M_1|S) = \frac{0,9 \times 0,2}{0,9 \times 0,2 + 0,8 \times 0,3 + 0,7 \times 0,5} = 18/77$.* /

D - Errado. $P(M_1|S)$ não poderia ser igual a 0,9.* /

Texto 1A3



A figura precedente apresenta um esquema da Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, na qual há 8 pontos turísticos de interesse: o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal, o Museu Histórico de Brasília, o Espaço Lúcio Costa, a estátua Dois Candangos, o Pavilhão Nacional e o Panteão da Pátria. Cada pessoa que vai à Praça dos Três Poderes pode criar seu próprio itinerário de visitação a esses 8 pontos turísticos.

Questão 76

Com base nas informações do texto 1A3, é correto afirmar que o número de itinerários de visitação aos 8 pontos turísticos, sem que o mesmo ponto seja visitado duas vezes e que o Pavilhão Nacional seja sempre visitado após a visita ao Panteão da Pátria, é

- A inferior a 2^5 .
- B superior a 3×2^5 e inferior a 3×2^6 .
- C superior a 5×2^6 e inferior a 5×2^7 .
- D superior a $3^4 \times 2^4$.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado - na interpretação do enunciado e na comparação dos resultados com os enunciados dos itens.* /

B - Errado - na interpretação do enunciado e na comparação dos resultados com os enunciados dos itens.* /

C - Errado - na interpretação do enunciado e na comparação dos resultados com os enunciados dos itens.* /

D - Certo - Como ficou determinado que a visita ao Panteão está associada à visita ao pavilhão Nacional, e não há repetições na sequência das visitas, o número total de itinerários é igual a $7! = 7 \times 5 \times 3^2 \times 2^4 > 3^4 \times 2^4$.* /

Questão 77

As chances de um indivíduo escolher um itinerário para a visitação, apenas uma vez, de todos os pontos turísticos mencionados no texto 1A3, de modo que a visita termine no Supremo Tribunal Federal, são

- A inferiores a 6%.
- B superiores a 7% e inferiores a 10%.
- C superiores a 11% e inferiores a 13%.

- Ⓓ superiores a 14%.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado - na interpretação do enunciado e de cálculo.*/

B - Errado - na interpretação do enunciado e de cálculo.*/

C - Certo - O número total de itinerários com essas características de não repetição é igual a $8!$, e o número desses itinerários terminando no STF é igual a $7!$, logo, as chances são $100 \times \left(\frac{7!}{8!}\right) = 12,5\%$.

D - Errado - na interpretação do enunciado e de cálculo.*/

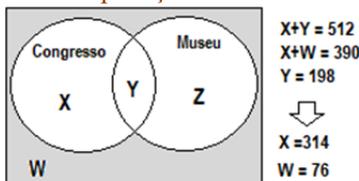
Questão 78

Considerando-se, a partir do texto 1A3, que, em um dia, 512 pessoas visitem o Congresso Nacional e 390 não visitem o Museu Histórico de Brasília e, ainda, que 190 pessoas visitem esses dois pontos turísticos, é correto afirmar que o número de pessoas que não visitem nem o Congresso Nacional nem o Museu Histórico de Brasília está entre

- Ⓐ 40 e 60.
 Ⓑ 61 e 80.
 Ⓒ 81 e 100.
 Ⓓ 101 e 150.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado - na interpretação do enunciado e de cálculo.*/



B - Certo -

O valor que se procura é o valor de $w = 76$.*/

C - Errado - na interpretação do enunciado e de cálculo.*/

D - Errado - na interpretação do enunciado e de cálculo.*/

Questão 79

Assinale a opção em que a proposição apresentada é equivalente à proposição lógica $(\neg P \vee Q) \rightarrow (\neg S \wedge R)$.

- Ⓐ $(P \rightarrow Q) \rightarrow (\neg(R \rightarrow S))$
 Ⓑ $(P \rightarrow (\neg Q)) \rightarrow (R \rightarrow S)$
 Ⓒ $(R \rightarrow S) \rightarrow (P \rightarrow Q)$
 Ⓓ $(\neg(R \rightarrow S)) \rightarrow (\neg(P \rightarrow Q))$

JUSTIFICATIVAS

A - Certo - Um resultado clássico e bem conhecido é que as proposições $(\neg P \vee Q)$ e $(P \rightarrow Q)$ são equivalentes e, por um argumento similar e aplicando-se a Lei de Morgan, obtemos a equivalência entre

$(R \wedge (\neg S))$ e $(\neg(R \rightarrow S))$, o que confirma a opção correta.*/

B - Errado - nas operações lógicas de equivalências entre proposições.*/

C - Errado - nas operações lógicas de equivalências entre proposições.*/

D - Errado - nas operações lógicas de equivalências entre proposições.*/

Questão 80

“Os auditores de controle interno são famosos por serem todos surfistas especialistas em ondas gigantes, pois todos os auditores que nasceram no Amazonas têm a habilidade de cantar; todos os auditores que têm a habilidade de cantar são surfistas especialistas em ondas gigantes; e todos os auditores de controle interno nasceram em Manaus.”

Considerando o argumento precedente, assinale a opção correta.

- Ⓐ A proposição “todos os auditores que nasceram no Amazonas têm a habilidade de cantar” é uma proposição lógica composta.

Ⓑ O argumento apresentado é inválido, pois a conclusão é falsa.

Ⓒ A frase “todos os auditores de controle interno nasceram em Manaus” é a conclusão do argumento apresentado.

Ⓓ O referido argumento é válido e tem mais de duas premissas.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado - A referida proposição lógica é simples.*/

B - Errado - O referido argumento é válido e a conclusão é verdadeira.*/

C - Errado - A referida frase não é a conclusão do argumento.*/

D - Certo - Esse argumento é válido, pois sempre que as premissas forem verdadeiras, a conclusão também será verdadeira e, além disso, o argumento tem três premissas.*/

Questão 81

O controle interno, processo conduzido pela estrutura de governança, pela administração e por outros profissionais da entidade, é desenvolvido para

- Ⓐ conferir exatidão aos relatórios econômico-financeiros da entidade.
 Ⓑ estudar, interpretar e registrar os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade.
 Ⓒ aumentar o grau de confiança sobre o resultado da mensuração ou da avaliação do objeto, de acordo com os critérios definidos.
 Ⓓ proporcionar segurança razoável para atingir os objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Nenhuma das ciências ou técnicas associadas ao estudo dos relatórios econômico-financeiros das entidades é capaz de conferir-lhe exatidão, no máximo uma razoável avaliação ou razoável convicção quanto aos eventos e aos valores expressos.*/

B - Errado. Esse conceito refere-se ao conceito de ciência contábil.*/

C - Errado. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, esse é o objetivo da auditoria.*/

D - CERTO. O controle interno é definido como um processo conduzido pela estrutura de governança, pela administração e por outros profissionais da entidades, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.*/

Questão 82

Um ambiente de controle deficiente em uma organização é evidenciado pela

- Ⓐ existência de comitê de auditoria sem membros independentes.
 Ⓑ existência de um código de ética formalizado.
 Ⓒ inexistência de controle externo.
 Ⓓ filosofia da gestão por exceção.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. A existência de um comitê de auditoria sem membros independentes fortalece o conflito de interesses e debilita o ambiente de controle.*/

B - Errado. Estruturas sólidas de controle interno favorecem o ambiente de controle, mas a ausência de controle externo não é um elemento de debilidade desse ambiente. De acordo com o Instituto de Auditores Internos, o ambiente de controle representa as atitudes e ações do conselho e da administração em relação à importância dos controles dentro da organização, definindo o tom da organização.*/

C - Errado. O autocontrole, ou controle interno, não é uma debilidade do ambiente de controle, pelo contrário, é a sua essência, mas a inexistência de controle externo não é uma

debilidade desse ambiente, visto que está relacionado ao núcleo de qualquer organização, o pessoal (Recursos Humanos) — atributos individuais, principalmente integridade, valores éticos e competência, e o ambiente no qual operam.* /

D - Errado. A gestão por exceção exige a fixação de padrões de comportamento desejável, o que favorece o ambiente de controle e não o debilita.* /

▼ Questão 83

Na gestão de riscos, quatro condutas são possíveis: aceitar, evitar, reduzir ou compartilhar. Nesse sentido, definir que um risco deva ser evitado indica que a meta estabelecida para a exposição a esse risco é

- A total.
- B nula.
- C mediana.
- D indeterminada.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O conceito de “evitar” sugere que nenhuma opção de resposta tenha sido identificada para reduzir o impacto e a probabilidade a um nível aceitável, portanto, a aceitação desse risco é nula.* /

B - CERTO. Se o risco deve ser evitado, então, a exposição a ele é inaceitável, pois não há como reduzir seu impacto e probabilidade.* /

C - Errado. Responder que um risco deve ser evitado implica que nenhuma exposição a esse risco é admissível.* /

D - Errado. Ainda que seja possível que a probabilidade de exposição a esse risco seja indeterminada, a meta para essa exposição é nula, pois, em caso de exposição, nada poderá ser feito.* /

▼ Questão 84

Considerando que as atividades de controle podem ser direcionadas à prevenção ou à detecção dos riscos, assinale a opção que apresenta exemplos de atividades voltadas exclusivamente à prevenção.

- A controle de acessos, de entrada e saída de funcionários e materiais, senhas, *call-back*, criptografia, inventário de estoques e controles similares
- B organização e manutenção de arquivos de *backup* e de *log* do sistema, plano de contingência e checagem de informações com os registros em banco de dados
- C segregação de funções entre registro e conciliação, informação e autorização, custódia e inventário, contratação e pagamento, gestão de recursos próprios e de terceiros
- D confrontação da mesma informação com dados de bases diferentes, monitoração e questionamento de flutuações abruptas nos resultados e monitoração de valores realizados e orçados

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Essas atividades respondem tanto à necessidade de prevenção quanto à de detecção de riscos.* /

B - Errado. Essas atividades respondem tanto à necessidade de prevenção quanto à de detecção de riscos.* /

C - CERTO. Essas atividades respondem à necessidade de prevenção de riscos. A segregação de funções visa prevenir o risco de perda de controle, dificultando ações mal-intencionadas.* /

D - Errado. Essas atividades respondem à necessidade de detecção, pois necessitam que os eventos tenham ocorrido para as ações serem implementadas.* /

▼ Questão 85

Com relação ao sistema de controles internos de uma entidade, julgue os itens a seguir.

I Em sistemas de avaliações contínuas, há aplicativos que verificam todas as contas a pagar e identificam aquelas que

estão fora do padrão, de modo que, quando são detectadas anormalidades, estas são encaminhadas para a verificação de possíveis irregularidades ou pendências.

II Para garantir o sigilo e a segurança da informação, as informações relevantes para fins de controle devem ser capturadas e reportadas apenas à área responsável pelo sistema de controles internos.

III A fixação de limites máximos de exposição a riscos assumidos por um operador de mercado para cada horizonte de investimento é exemplo de uma atividade de prevenção, enquanto que a confrontação da mesma informação com dados vindos de bases diferentes, adotando as ações corretivas, quando necessário, constitui um tipo de atividade de detecção.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O item I apresenta um caso típico de um sistema de avaliações contínuas, mas o item II contém uma informação errada, pois toda informação relevante para fins de controle deve ser capturada e comunicada por toda a organização.* /

B - CERTO. O item I apresenta um caso típico de um sistema de avaliações contínuas e o item III exemplifica corretamente uma atividade de prevenção e um tipo de atividade de detecção.* /

C - Errado. O item II contém uma informação errada, pois toda informação relevante para fins de controle deve ser capturada e comunicada por toda a organização.* /

D - Errado. O item II contém uma informação errada, pois toda informação relevante para fins de controle deve ser capturada e comunicada por toda a organização.* /

▼ Questão 86

Devido a uma situação julgada urgente, o secretário de obras do Distrito Federal (DF) realocou verbas de uma região administrativa do DF para outra. Parlamentares que representavam a região prejudicada procuraram o governador para discutir o caso. O governador consultou o secretário, estudou o caso e, por fim, determinou o retorno da verba para a região à que ela estava destinada originalmente.

Nessa situação hipotética, ocorreu um caso de controle

- A concomitante.
- B de legalidade.
- C parlamentar.
- D de mérito.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. O controle concomitante é exercido durante a realização do ato, ou seja, durante a formação ou execução do ato. Pode-se citar, por exemplo, a fiscalização de uma obra pública durante a execução dela. Nesta situação, não é o ato em si que está sendo alvo de controle, mas sim a decisão administrativa.* /

B - Errado. Esse tipo de controle é o que objetiva verificar unicamente a conformação do ato ou do procedimento administrativo com as normas legais e constitucionais que o regem, mas o questionamento dos deputados é quanto à classificação da situação como emergencial, ou seja, quando à discricionariedade do gestor.* /

C - Errado. Apesar da participação de parlamentares não se verificam os elementos do controle parlamentar, visto que quem exerce o controle é o governador em relação a um subordinado, o secretário, tratando-se, portanto, de um controle de mérito.* /

D - CERTO. Controle de mérito é o controle de conveniência e oportunidade do ato, atingindo diretamente a discricionariedade do gestor, que é o caso levantado.* /

Questão 87

O controle financeiro da administração pública, em seus vários níveis, é realizado

- A** exclusivamente pelo controle interno.
- B** exclusivamente pelo controle externo.
- C** tanto pelo controle interno quanto pelo controle externo.
- D** pelo controle interno, complementado, no que couber, pelo controle externo.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Não é exclusividade do controle interno. De acordo com a CF/1988 art. 70 "A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder".*/

B - Errado. Não é exclusividade do controle externo. De acordo com a CF/1988 art. 70 "A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder".*/

C - CERTO. Essa competência é de ambos os tipos de controle. De acordo com a CF/1988 art. 70 "A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder".*/

D - Errado. Não existe complementariedade. De acordo com a CF/1988 art. 70 "A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder".*/

Questão 88

Com relação ao controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, do DF e dos municípios, julgue os itens a seguir.

- I É objetivo do controle parlamentar da execução orçamentária verificar a probidade da administração, a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da lei de orçamento.
- II O prazo para a prestação de contas anual pelo Poder Executivo será definido no projeto de lei orçamentária anual do exercício anterior.
- III As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, com parecer prévio do tribunal de contas ou órgão equivalente.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e III estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. O item I está correto, conforme caput do art. 81 da Lei n.º 4.320/1964 "O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento." .

O item III também está correto conforme § 1.º do art. 82 da Lei n.º 4.320/1964, "As contas do Poder Executivo serão submetidas

ao Poder Legislativo, com Parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.".*/*

B - Errado. O item II está errado, pois são as constituições Federal e estaduais e as leis orgânicas municipais que fixam essas datas. Conforme art. 82 da Lei n.º 4.320/1964, "O Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.".*/*

C - Errado. O item II está errado, pois são as constituições Federal e estaduais e as leis orgânicas municipais que fixam essas datas. Conforme art. 82 da Lei n.º 4.320/1964, "O Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.".*/*

D - Errado. O item II está errado, pois são as constituições Federal e estaduais e as leis orgânicas municipais que fixam essas datas. Conforme art. 82 da Lei n.º 4.320/1964, "O Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.".*/*

Questão 89

No município brasileiro que não possua estrutura para manter o funcionamento de um tribunal de contas municipal, o Poder Legislativo local poderá ter como auxiliar(es) no controle externo das contas municipais

- A** apenas o tribunal de contas do estado.
- B** apenas o conselho de contas do estado e o Tribunal de Contas da União.
- C** apenas o tribunal de contas dos municípios do estado e o Tribunal de Contas da União.
- D** o tribunal de contas dos municípios do estado e o tribunal de contas do estado.

JUSTIFICATIVAS

A - Errado. Conforme § 1.º do art. 31 da CF/1988, "O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.".*/*

B - Errado. Conforme § 1.º do art. 31 da CF/1988, "O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.".*/*

C - Errado. Conforme § 1.º do art. 31 da CF/1988, "O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.".*/*

D - CERTO. Conforme § 1.º do art. 31 da CF/1988, "O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.".*/*

Questão 90

A atividade caracterizada pela autotutela e exercida de ofício ou por provocação, com o objetivo de avaliar a legalidade e o mérito dos atos, corresponde ao controle

- A** administrativo.
- B** de legalidade.
- C** de mérito.
- D** externo.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. O controle administrativo é o que a Administração Pública exerce sobre seus próprios atos, seja de ofício ou por provocação. Ele decorre da autotutela administrativa e, avaliando

a legalidade e o mérito dos atos, permite sua alteração, anulação ou revogação.*/

B - Errado. O controle de legalidade é um tipo de controle que pode ser interno ou externo, por isso não tem a autotutela como uma de suas características. Ele se caracteriza pela verificação da conformidade do ato praticado com os preceitos legais.*/

C - Errado. O controle de mérito é uma forma de autocontrole que avalia o mérito da decisão tomada, mas não discute sua legalidade.*/

D - Errado. A autotutela não é uma característica do controle externo, visto que não é exercido pelo próprio órgão que pratica o ato, mas por terceiro.*/

▼ Questão 91

Conforme o disposto na NBC TSP – Estrutura Contábil, são restrições da informação incluída nos relatórios contábeis do setor público

- Ⓐ a materialidade, o custo-benefício e o equilíbrio entre as características qualitativas.
- Ⓑ a legalidade, a impessoalidade e a moralidade.
- Ⓒ a economicidade, a eficácia e a efetividade.
- Ⓓ a primazia da essência sobre a forma e o custo de oportunidade.

JUSTIFICATIVAS

A - 2 Princípios e normas de contabilidade sob a perspectiva do setor público. 2.1 NBC TSP – Estrutura Contábil, de 23 de setembro de 2016, e MCASP 9ª edição. CERTO. Segundo o disposto na NBC TSP – Estrutura Contábil nos itens 3.32 a 3.42, são restrições da informação incluída nos relatórios contábeis do setor público a materialidade, o custo-benefício e o equilíbrio entre as características qualitativas.*/

B - 2 Princípios e normas de contabilidade sob a perspectiva do setor público. 2.1 NBC TSP – Estrutura Contábil, de 23 de setembro de 2016, e MCASP 9ª edição. Errado. Segundo o disposto na NBC TSP – Estrutura Contábil nos itens 3.32 a 3.42, são restrições da informação incluída nos relatórios contábeis do setor público a materialidade, o custo-benefício e o equilíbrio entre as características qualitativas.*/

C - 2 Princípios e normas de contabilidade sob a perspectiva do setor público. 2.1 NBC TSP – Estrutura Contábil, de 23 de setembro de 2016, e MCASP 9ª edição. Errado. Segundo o disposto na NBC TSP – Estrutura Contábil nos itens 3.32 a 3.42, são restrições da informação incluída nos relatórios contábeis do setor público a materialidade, o custo-benefício e o equilíbrio entre as características qualitativas.*/

D - 2 Princípios e normas de contabilidade sob a perspectiva do setor público. 2.1 NBC TSP – Estrutura Contábil, de 23 de setembro de 2016, e MCASP 9ª edição. Errado. Segundo o disposto na NBC TSP – Estrutura Contábil nos itens 3.32 a 3.42, são restrições da informação incluída nos relatórios contábeis do setor público a materialidade, o custo-benefício e o equilíbrio entre as características qualitativas.*/

▼ Questão 92

O reconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa (VPA) decorrente de uma transação governamental deve ser feita no momento

- Ⓐ da previsão da receita.
- Ⓑ do fato gerador.
- Ⓒ da arrecadação da receita.
- Ⓓ do recolhimento da receita.

JUSTIFICATIVAS

A - 4 Variações patrimoniais.

4.2 Quantitativas. 4.3 Realização da variação patrimonial. Errado. Segundo o disposto na página 168 da 9ª edição do MCASP, o

reconhecimento do direito e da VPA deve ser feito no momento do fato gerador e não no momento da arrecadação, que ocorrerá futuramente.*/

B - 4 Variações patrimoniais.

4.2 Quantitativas. 4.3 Realização da variação patrimonial. CERTO. Segundo o disposto na página 168 da 9ª edição do MCASP, o reconhecimento do direito e da VPA deve ser feito no momento do fato gerador e não no momento da arrecadação, que ocorrerá futuramente.*/

C - 4 Variações patrimoniais.

4.2 Quantitativas. 4.3 Realização da variação patrimonial. Errado. Segundo o disposto na página 168 da 9ª edição do MCASP, o reconhecimento do direito e da VPA deve ser feito no momento do fato gerador e não no momento da arrecadação, que ocorrerá futuramente.*/

D - 4 Variações patrimoniais.

4.2 Quantitativas. 4.3 Realização da variação patrimonial. Errado. Segundo o disposto na página 168 da 9ª edição do MCASP, o reconhecimento do direito e da VPA deve ser feito no momento do fato gerador e não no momento da arrecadação, que ocorrerá futuramente.*/

▼ Questão 93

Sob o enfoque patrimonial, o registro da variação patrimonial diminutiva de um suprimento de fundos se dá no momento

- Ⓐ da sua concessão.
- Ⓑ da sua liquidação.
- Ⓒ do seu pagamento.
- Ⓓ da sua prestação de contas.

JUSTIFICATIVAS

A - 5 Receita e despesa sob o enfoque patrimonial. 15 Suprimento de fundos.

ERRADO. Segundo o disposto na página 171 da 9ª edição do MCASP, quando há uma concessão de suprimento de fundos, a despesa orçamentária é empenhada, liquidada e paga no ato da concessão e só com a prestação de contas do suprido é que há o efetivo registro da variação patrimonial diminutiva.*/

B - 5 Receita e despesa sob o enfoque patrimonial. 15 Suprimento de fundos.

ERRADO. Segundo o disposto na página 171 da 9ª edição do MCASP, quando há uma concessão de suprimento de fundos, a despesa orçamentária é empenhada, liquidada e paga no ato da concessão e só com a prestação de contas do suprido é que há o efetivo registro da variação patrimonial diminutiva.*/

C - 5 Receita e despesa sob o enfoque patrimonial. 15 Suprimento de fundos.

ERRADO. Segundo o disposto na página 171 da 9ª edição do MCASP, quando há uma concessão de suprimento de fundos, a despesa orçamentária é empenhada, liquidada e paga no ato da concessão e só com a prestação de contas do suprido é que há o efetivo registro da variação patrimonial diminutiva.*/

D - 5 Receita e despesa sob o enfoque patrimonial. 15 Suprimento de fundos.

CERTO. Segundo o disposto na página 171 da 9ª edição do MCASP, quando há uma concessão de suprimento de fundos, a despesa orçamentária é empenhada, liquidada e paga no ato da concessão e só com a prestação de contas do suprido é que há o efetivo registro da variação patrimonial diminutiva.*/

▼ Questão 94

O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida

- Ⓐ devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício.
- Ⓑ devem ser revisados pelo menos a cada dois anos.
- Ⓒ devem ser revisados pelo menos a cada quatro anos.

Este mecanismo consiste na utilização do 5.º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos.*/

D - 10 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Errado. Segundo o disposto na página 468 da 9.ª edição do MCASP, a fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das DCASP e do BSPN, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Este mecanismo consiste na utilização do 5.º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos.*/

▼ Questão 98

Relativamente às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP), no balanço financeiro as receitas e despesas orçamentárias, quanto à destinação, deverão ser segregadas em

- Ⓐ correntes e de capital.
- Ⓑ ingressos e dispêndios.
- Ⓒ ordinárias e vinculadas.
- Ⓓ financeiras e permanentes.

JUSTIFICATIVAS

A - 11 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. 11.2 Balanço financeiro. Errado. Segundo o disposto na página 507 da 9.ª edição do MCASP, as receitas e despesas orçamentárias deverão ser segregadas quanto à destinação em ordinárias e vinculadas.*/

B - 11 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. 11.2 Balanço financeiro. Errado. Segundo o disposto na página 507 da 9.ª edição do MCASP, as receitas e despesas orçamentárias deverão ser segregadas quanto à destinação em ordinárias e vinculadas.*/

C - 11 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. 11.2 Balanço financeiro. CERTO. Segundo o disposto na página 507 da 9.ª edição do MCASP, no Balanço Financeiro as receitas e despesas orçamentárias deverão ser segregadas quanto à destinação em ordinárias e vinculadas.*/

D - 11 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. 11.2 Balanço financeiro. Errado. Segundo o disposto na página 507 da 9.ª edição do MCASP, as receitas e despesas orçamentárias deverão ser segregadas quanto à destinação em ordinárias e vinculadas.*/

▼ Questão 99

No setor público, um ativo obtido por meio de uma transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo seu

- Ⓐ valor histórico.
- Ⓑ valor justo.
- Ⓒ custo de reposição.
- Ⓓ valor em uso.

JUSTIFICATIVAS

A - 12 Transações no setor público. Errado. Segundo o disposto na página 276 da 9.ª edição do MCASP, o ativo obtido por meio de uma transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo seu valor justo na data de aquisição.*/

B - 12 Transações no setor público. CERTO. Segundo o disposto na página 276 da 9.ª edição do MCASP, o ativo obtido por meio de uma transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo seu valor justo na data de aquisição.*/

C - 12 Transações no setor público. Errado. Segundo o disposto na página 276 da 9.ª edição do MCASP, o ativo obtido por meio de uma transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo seu valor justo na data de aquisição.*/

D - 12 Transações no setor público. Errado. Segundo o disposto na página 276 da 9.ª edição do MCASP, o ativo obtido por meio de uma transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo seu valor justo na data de aquisição.*/

▼ Questão 100

Tendo em vista a relação entre o passivo exigível (visão patrimonial) e as etapas da execução orçamentária (visão orçamentária), é correto afirmar que o registro de uma obrigação patrimonial

- Ⓐ antecede a execução orçamentária.
- Ⓑ é concomitante à execução orçamentária.
- Ⓒ independe da execução orçamentária.
- Ⓓ é posterior à execução orçamentária.

Espaço livre

JUSTIFICATIVAS

A - 14 Execução orçamentária e financeira. Errado. Segundo o disposto na página 165 da 9.ª edição do MCASP, a Lei n.º 4.320/1964 refere-se ao comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho, ou seja, uma obrigação financeira para fins de cálculo do superávit financeiro, fonte da abertura de créditos adicionais nos exercícios seguintes. Por outro lado, o registro da obrigação patrimonial independe da execução orçamentária.*/

B - 14 Execução orçamentária e financeira. Errado. Segundo o disposto na página 165 da 9.ª edição do MCASP, a Lei n.º 4.320/1964 refere-se ao comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho, ou seja, uma obrigação financeira para fins de cálculo do superávit financeiro, fonte da abertura de créditos adicionais nos exercícios seguintes. Por outro lado, o registro da obrigação patrimonial independe da execução orçamentária.*/

C - 14 Execução orçamentária e financeira. CERTO. Segundo o disposto na página 165 da 9.ª edição do MCASP, a Lei n.º 4.320/1964 refere-se ao comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho, ou seja, uma obrigação financeira para fins de cálculo do superávit financeiro, fonte da abertura de créditos adicionais nos exercícios seguintes. Por outro lado, o registro da obrigação patrimonial independe da execução orçamentária.*/

D - 14 Execução orçamentária e financeira. Errado. Segundo o disposto na página 165 da 9.ª edição do MCASP, a Lei n.º 4.320/1964 refere-se ao comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho, ou seja, uma obrigação financeira

para fins de cálculo do superávit financeiro, fonte da abertura de créditos adicionais nos exercícios seguintes. Por outro lado, o registro da obrigação patrimonial independe da execução orçamentária.* /

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA P₃ --

-- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --

Questão 1

À luz da estrutura orçamentária brasileira e considerando a evolução do déficit da dívida pública do país, é correto afirmar que a dívida bruta do governo geral

- Ⓐ abrange o total das dívidas de responsabilidade do governo junto apenas ao setor privado.
- Ⓑ abrange o total das dívidas de responsabilidade do governo junto apenas ao setor privado e ao setor público financeiro.
- Ⓒ não engloba as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central do Brasil.
- Ⓓ abrange o total das dívidas de responsabilidade do governo junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central do Brasil e ao resto do mundo.

JUSTIFICATIVAS

A - 3, 5, 12Errado. A dívida bruta do governo geral (DBGG), indicador fiscal muito utilizado para efeitos de comparação internacional, abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

A DBGG considera, além dos títulos do financiamento mobiliário do Tesouro Nacional, as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, abrangendo, assim, toda a dívida mobiliária federal em mercado.*/

B - 3, 5, 12Errado. A dívida bruta do governo geral (DBGG), indicador fiscal muito utilizado para efeitos de comparação internacional, abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

A DBGG considera, além dos títulos do financiamento mobiliário do Tesouro Nacional, as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, abrangendo, assim, toda a dívida mobiliária federal em mercado.*/

C - 3, 5, 12Errado. A dívida bruta do governo geral (DBGG), indicador fiscal muito utilizado para efeitos de comparação internacional, abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

A DBGG considera, além dos títulos do financiamento mobiliário do Tesouro Nacional, as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, abrangendo, assim, toda a dívida mobiliária federal em mercado.*/

D - 3, 5, 12_CERTO. A dívida bruta do governo geral (DBGG), indicador fiscal muito utilizado para efeitos de comparação internacional, abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

A DBGG considera, além dos títulos do financiamento mobiliário do Tesouro Nacional, as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, abrangendo, assim, toda a dívida mobiliária federal em mercado.*/

Questão 2

À luz dos princípios orçamentários pertinentes às receitas e despesas públicas, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que a sigla LOA, sempre que empregada, se refere à lei orçamentária anual.

- Ⓐ As despesas e receitas são registradas pelo regime de competência.
- Ⓑ As despesas irrelevantes não precisam de estimativa na peça orçamentária pública.
- Ⓒ As despesas rotineiras e ordinárias da administração pública, já previstas no orçamento, são dispensadas de estimativas de impacto orçamentário e financeiro.
- Ⓓ As despesas com as emissões de papel moeda devem constar na LOA.

JUSTIFICATIVAS

A - 9,16, 16.1, 16.3, 16.3.1Errado. O orçamento público adota o regime de caixa para a receita e de competência para a despesa. segundo o art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.*/

B - 9,16, 16.1, 16.3, 16.3.1Errado. A LRF, no art. 16, § 3º, ressalva, das exigências impostas, as despesas consideradas irrelevantes, ou seja, as de valor econômico de pouca expressão, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias. Assim, cabe à LDO decidir o que é uma despesa irrelevante. Com efeito, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tornaram-se prescindíveis a estimativa do impacto orçamentário e financeiro para as despesas irrelevantes.*/

C - 9,16, 16.1, 16.3, 16.3.1_CERTO. As despesas ordinárias e rotineiras da Administração Pública, já previstas no orçamento, destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, prescindem da estimativa de impacto orçamentário-financeiro de que trata o art. 16, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2001.*/

D - 9,16, 16.1, 16.3, 16.3.1Errado. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a lei orçamentária compreenderá todas as receitas, inclusive as operações de crédito autorizadas em Lei, com a exclusão das operações de crédito por antecipação da receita, das emissões de papel moeda e de outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro, conforme art. 3.º da Lei 4.320/1964.*/

Questão 3

Acerca dos ciclos orçamentários estabelecidos no plano plurianual (PPA) e dos requisitos legais pertinentes ao PPA, assinale a opção correta.

- A** O PPA tem vigência de quatro anos e o seu período coincide com o mandato do Poder Executivo.
- B** A inclusão ou exclusão de objetivos definidos no PPA é considerada revisão.
- C** Investimentos militares que ultrapassem o período de um ano não precisam constar no PPA.
- D** O PPA deve estabelecer, de forma centralizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal.

JUSTIFICATIVAS

A - 9, 10Errado. Apesar do Plano Plurianual ter vigência de quatro anos, o seu período não coincide com o mandato do poder executivo. O Plano é elaborado no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo, para vigorar no segundo ano do mandato atual até o primeiro ano do mandato subsequente, representando uma forma de entrelaçar os mandatos. Deste forma, seu período de execução não coincide com o mandato do Poder Executivo.*/

B - 9, 10_CERTO. A Lei 12.593/2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015, define em seu art. 21 que:

art. 21. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

§ 1.º A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto nos § 4.º e § 5.º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei.

§ 2.º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos.

§ 3.º Considera-se alteração de Programa a inclusão, a exclusão ou a alteração de Objetivos, Iniciativas e Metas.

Por essa razão, a inclusão ou exclusão de objetivos definidos no PPA é considerada revisão, nos termos da Lei.*/

C - 9, 10Errado. A Constituição Federal, no art. 167, § 1, determina que nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem a prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade. Deve-se observar que quando a LDO define as prioridades e metas da administração pública federal está elegendo, dentro do leque de centenas de programas aprovados no plano plurianual, aqueles que devem ter prioridade de execução sobre os demais, além de estabelecer a meta física para o exercício financeiro.*/

D - 9, 10Errado. De acordo com o parágrafo primeiro do art. 165 da Constituição Federal, a lei do plano plurianual deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para:

- as despesas de capital e outras delas decorrentes;
- as relativas aos programas de duração continuada.*/

Questão 4

Segundo as normas relativas à receita pública,

- A** a receita pública é programada, autorizada e controlada por meio do orçamento.
- B** os recursos financeiros de caráter temporário não integram a LOA.
- C** todas as receitas arrecadadas são receita orçamentária, inclusive as provenientes de operações de crédito.
- D** as operações de crédito não integram o orçamento público.

JUSTIFICATIVAS

A - 7, 7.1, 9, 10Errado. Ao contrário da despesa que é programada, autorizada e controlada por meio do orçamento, a receita é apenas estimada na peça orçamentária.*/

B - 7, 7.1, 9, 10Errado. Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual (LOA). Deve-se observar que as operações de crédito, via de regra, classificam-se como receita orçamentária. Contudo, a Lei 4.320/1964 fala sobre uma exceção à regra dessas operações, intitulada ARO, que são as antecipações de receita orçamentária.*/

C - 7, 7.1, 9, 10_CERTO. A matéria pertinente à receita é disciplinada, em linhas gerais, pelos art. 3.º, 9, 11, 35 e 57 da Lei no 4.320, de 1964, e pelos art. 9 e 11 tratam especificamente da classificação da receita. Neste sentido, o art. 57 da referida lei estabelece que “ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 3.º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento. */

D - 7, 7.1, 9, 10Errado. Em razão do art. 3.º da Lei 4.320/1964. A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.*/

Questão 5

Tendo em vista aspectos pertinentes a receita orçamentária, ciclo orçamentário e créditos adicionais e considerando que as receitas públicas podem ser classificadas em ordinárias e extraordinárias, assinale a opção correta.

- A** Os recursos financeiros, inclusive os de caráter temporário, devem integrar a LOA.
- B** Os recursos advindos de depósitos de caução devem compor a receita orçamentária.
- C** Os recursos de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são classificados como ingressos extraorçamentários.
- D** Nas operações fiança, os recursos depositados são classificados como receitas orçamentárias.

JUSTIFICATIVAS

A - 7,10, 11Errado. Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual (LOA). Nesse sentido, como nas operações de depósito em caução, o Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa. Esses recursos são classificados como ingressos extraorçamentários, e não como receitas orçamentárias. */

B - 7, 10, 11Errado. Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual (LOA). Nesse sentido, como nas operações de depósito em caução o Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização

Questão 8

As empresas A e B têm, respectivamente, funções de produção representadas por $Y^A = 5K^{0,5}L^{0,5}$ e $Y^B = 5K^{0,6}L^{0,4}$, em que Y^A é a produção da empresa A, Y^B é a produção da empresa B, K é a quantidade de capital utilizado, e L é a quantidade de trabalho utilizado.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ a empresa A produzirá mais que a empresa B, se as duas empresas utilizarem quantidades iguais de capital e trabalho.
- Ⓑ a empresa B produzirá mais que a empresa A, se as duas empresas utilizarem quantidades iguais de capital e trabalho.
- Ⓒ as duas empresas produzirão a mesma quantidade, se ambas utilizarem quantidades iguais de capital e trabalho.
- Ⓓ a empresa A produzirá mais que a empresa B, se K for superior a L .

JUSTIFICATIVAS

A - 2, 2.1 Errado. Se as duas empresas utilizam a mesma quantidade de capital e trabalho, então K será igual a L em ambas as funções, por esse motivo, essas variáveis serão representadas por X , nas funções de produção de cada empresa. Então:

, sendo X um número positivo qualquer.

, sendo X um número positivo qualquer.

$$Y^A = Y^B$$

As duas empresas produzem a mesma quantidade de produto Y .*/

B - 2, 2.1 Errado. Se as duas empresas utilizam a mesma quantidade de capital e trabalho, então K será igual a L em ambas as funções, por esse motivo, essas variáveis serão representadas por X , nas funções de produção de cada empresa. Então:

, sendo X um número positivo qualquer.

, sendo X um número positivo qualquer.

$$Y^A = Y^B$$

As duas empresas produzem a mesma quantidade de produto Y .*/

C - 2, 2.1 CERTO. Se as duas empresas utilizam a mesma quantidade de capital e trabalho, então K será igual a L em ambas as funções, por esse motivo, essas variáveis serão representadas por X , nas funções de produção de cada empresa. Então:

, sendo X um número positivo qualquer.

, sendo X um número positivo qualquer.

$$Y^A = Y^B$$

As duas empresas produzem a mesma quantidade de produto Y .*/

D - 2, 2.1 Errado. Se $K > L$, ao adotar os mesmos valores de K e L para as duas empresas, na função de produção da empresa A, a quantidade de capital utilizado terá o expoente igual a 0,5 e a quantidade de trabalho terá expoente igual a 0,5, enquanto na função de produção da empresa B, a quantidade de capital utilizado terá o expoente igual a 0,6 e a quantidade de trabalho terá expoente igual a 0,4, por K ser maior que L , ao comparar as duas funções, de forma matemática, conclui-se que $Y^B > Y^A$, ou seja, a empresa B irá produzir mais do que a empresa A.*/

Questão 9

Acerca da estrutura do balanço de pagamentos e da sua relação com os agregados monetários, assinale a opção correta.

- Ⓐ O aumento da poupança externa resulta de uma política de estímulo às exportações e à substituição de importações.
- Ⓑ O aumento das reservas internacionais tem como contrapartida o aumento da base monetária.
- Ⓒ Se houver entrada de investimento externo direto na conta do balanço de pagamentos, haverá, necessariamente, acúmulo de reservas internacionais.
- Ⓓ A poupança externa é igual ao volume de empréstimos contratados no exterior.

JUSTIFICATIVAS

A - 5, 5.1, 5.1.1 Errado. A poupança externa é, por definição contábil e conceitual, igual ao déficit em transações correntes. Logo, se o país capta poupança externa, ele necessariamente tem

que importar mais bens e serviços do que exportar. Com efeito, é impossível o país apresentar poupança externa positiva e, ao mesmo tempo, superávit em transações correntes.*/

B - 5, 5.1, 5.1.1 CERTO. No balancete do Banco Central, compõe o ativo as reservas internacionais e os títulos públicos. No passivo, por sua vez, tem-se a base monetária. Segue-se, portanto, que um aumento das reservas internacionais (ativo) gera como contrapartida o aumento da base monetária (passivo).*/

C - 5, 5.1, 5.1.1 Errado. O investimento externo direto é um único componente do Balanço de Pagamentos, o qual é registrado na conta capital e financeira. Contudo, se o país observar elevado déficit em transações correntes, em montante superior ao ingresso do investimento externo direto, o resultado será a perda de reservas.*/

D - 5, 5.1, 5.1.1 Errado. A poupança externa é, por definição contábil e conceitual, igual ao déficit em transações correntes. Logo, se o país capta poupança externa, ele necessariamente tem que importar mais bens e serviços do que exportar. Com efeito, é impossível o país apresentar poupança externa positiva e, ao mesmo tempo, superávit em transações correntes.*/

Questão 10

Com referência à teoria microeconômica da produção e às respectivas estruturas de mercado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em concorrência monopolística, o equilíbrio de longo prazo é ineficiente no sentido de Pareto.
- Ⓑ No duopólio do tipo Bertrand, o preço das firmas é igual ao custo médio.
- Ⓒ O monopólio perfeitamente discriminador é ineficiente no sentido de Pareto.
- Ⓓ Na concorrência monopolística, o preço iguala a receita marginal.

JUSTIFICATIVAS

A - 2, 2.1 CERTO. Em concorrência monopolística, no longo-prazo, a produção é inferior ao valor obtido em concorrência perfeita. Ademais, como o lucro econômico é zero, pois há livre entrada e saída do mercado, e o preço excede o custo marginal, então o equilíbrio é ineficiente no sentido de Pareto (benefício marginal não é igual ao custo marginal) e as firmas operam com excesso de capacidade. A ineficiência é o “preço” pago pelos consumidores para a diferenciação dos produtos.*/

B - 2, 2.1 Errado. No duopólio de Bertrand as firmas fixam o preço igual ao custo marginal. Se alguma firma fixar o preço acima do custo marginal, ela não realizará nenhuma venda. Da mesma forma, se reduzir o preço terá prejuízo, pois o preço estará abaixo do custo marginal. Assim, como nenhuma firma possui incentivo para alterar sua estratégia, o equilíbrio é o único equilíbrio de Nash.*/

C - 2, 2.1 Errado. Uma situação é dita eficiente no sentido de Pareto se não é possível melhorar o bem-estar de um agente sem piorar o bem-estar de outro agente. Na situação de perfeita discriminação de preços, cada agente pagará o seu preço de reserva. Logo, a situação é eficiente no sentido de Pareto. Com efeito, a discriminação de preços aumenta o bem-estar social porque diminui o peso morto. Deve-se observar, contudo, que o monopólio em si não é eficiente, apenas se a discriminação perfeita de preços for possível.*/

D - 2, 2.1 Errado. A regra de maximização de lucro é igualar o custo marginal com a receita marginal. Para a concorrência perfeita, o preço é igual a receita marginal. Contudo, na concorrência monopolística as firmas possuem poder de mercado e, portanto, o preço não é igual a receita marginal.*/

Questão 11

Na Constituição Federal de 1988, constam as seguintes previsões normativas:

- “É vedada a cassação de direitos políticos” (...) (art. 15).
- “É vedada a utilização de partidos políticos de organização paramilitar” (art. 17, § 4.º).
- “Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei” (art. 5.º, VIII).

Essas normas são, respectivamente, de eficácia

- A** limitada, contida e limitada.
- B** plena, contida e limitada.
- C** limitada, plena e contida.
- D** plena, plena e contida.

JUSTIFICATIVAS

QUESTÃO ANULADA

Questão 12

Com base na Constituição Federal de 1988, a prestação de serviços públicos incumbe ao poder público, na forma da lei, podendo ser realizada diretamente ou, sempre por meio de licitação, sob regime de

- A** autorização e permissão.
- B** permissão e concessão.
- C** concessão e autorização.
- D** autorização, concessão e permissão.

JUSTIFICATIVAS

QUESTÃO ANULADA

Questão 13

Assinale a opção em que são apresentados princípios gerais da atividade econômica que, previstos no art. 170 da Constituição Federal de 1988, são corolários de direitos individuais fundamentais mencionados no art. 5.º do texto constitucional.

- A** soberania nacional e propriedade privada
- B** função social da propriedade e busca do pleno emprego
- C** busca do pleno emprego e soberania nacional
- D** propriedade privada e função social da propriedade

JUSTIFICATIVAS

QUESTÃO ANULADA

Questão 14

A ação declaratória de constitucionalidade constitui modalidade de controle de constitucionalidade

- A** preventivo, difuso e por via incidental.
- B** repressivo, concentrado e por via principal.
- C** preventivo, concentrado e por via principal.
- D** repressivo, difuso e por via incidental.

JUSTIFICATIVAS

QUESTÃO ANULADA

Questão 15

Em caso de omissão do poder público, a ação de descumprimento de preceito fundamental é

- A** incabível se o objeto for omissão não normativa, ainda que se afigure lesiva a preceito fundamental.
- B** incabível se o objeto for omissão normativa parcial, ainda que se afigure lesiva a preceito fundamental.

- C** cabível se o objeto for omissão normativa, ainda que não se afigure lesiva a preceito fundamental.
- D** cabível se o objeto for omissão não normativa, ainda que se afigure lesiva a preceito fundamental.

JUSTIFICATIVAS

QUESTÃO ANULADA

Questão 16

Em ação de descumprimento de preceito federal ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal (STF), se houver proposta de acordo, este

- A** poderá ser celebrado, por se tratar de processo de índole subjetiva, cabendo ao STF cancelar a tese jurídica defendida pelas partes no processo.
- B** poderá ser celebrado, por se tratar de processo de índole objetiva, cabendo ao STF apenas homologar as disposições que forem combinadas.
- C** não poderá ser celebrado, por se tratar de processo de índole subjetiva, não cabendo ao STF homologar acordo nesse tipo de processo.
- D** não poderá ser celebrado, por se tratar de processo de índole objetiva, o que exigiria uma análise subjetiva do acordo pelo STF.

JUSTIFICATIVAS

QUESTÃO ANULADA

Questão 17

Determinado órgão do Poder Executivo instituiu taxa para o fornecimento de cópias e reproduções de documentos e para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.

Nessa situação hipotética, a instituição de taxa é

- A** inconstitucional no que se refere ao fornecimento de cópias.
- B** inconstitucional no que diz respeito à reprodução de documentos.
- C** inconstitucional no que se refere à emissão de atestado coletivo.
- D** constitucional no que diz respeito a todos os fins mencionados.

JUSTIFICATIVAS

QUESTÃO ANULADA

Questão 18

Juan, Pablo e Jorge nasceram no Brasil no mês de janeiro de 2023, sendo Juan filho de pais uruguaios, a serviço do Uruguai; Pablo, filho de pais argentinos, a serviço do Uruguai; e Jorge, filho de pais bolivianos, que se encontravam passeando em território brasileiro, em gozo de férias.

Nessas condições, nos termos da Constituição Federal de 1988, serão considerados brasileiros natos

- A** Jorge e Pablo, somente.
- B** Juan e Jorge, somente.
- C** Pablo e Juan, somente.
- D** Jorge, Juan e Pablo.

JUSTIFICATIVAS

QUESTÃO ANULADA

Questão 19

Dadas as condições de elegibilidade previstas na legislação brasileira, é correto afirmar que uma pessoa com 25 anos de idade, preenchendo as demais exigências legais e constitucionais, pode candidatar-se, por exemplo, ao cargo de

- A) senador e ao de prefeito.
- B) juiz de paz e ao de deputado estadual.
- C) vice-governador de estado e ao de vereador.
- D) governador de estado e ao de deputado distrital.

JUSTIFICATIVAS

QUESTÃO ANULADA

Questão 20

Pedro foi condenado por improbidade administrativa e a naturalização de Ana como brasileira foi cancelada por sentença transitada em julgado.

Nessa situação hipotética, em relação aos direitos políticos de Pedro e Ana, haverá

- A) cassação e perda, respectivamente.
- B) suspensão e perda, respectivamente.
- C) suspensão para ambos.
- D) perda para ambos.

JUSTIFICATIVAS

QUESTÃO ANULADA

Questão 21

Na formulação de alternativas, um dos cinco estágios do ciclo das políticas públicas, é necessário

- A) identificar os temas, os problemas e os recursos disponíveis para a atuação dos atores envolvidos.
- B) planejar as ações, realizar diagnóstico e estabelecer objetivos para a tomada de decisões.
- C) escolher o responsável para implementar os modelos de racionalidade absoluta e limitada, incremental e de fluxos múltiplos.
- D) transformar as intenções em ações concretas e verificar se os resultados alcançaram o público-alvo.

JUSTIFICATIVAS

A - 1 O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação). Errado. A identificação dos temas, problemas e recursos disponíveis para a atuação dos atores envolvidos deve ser apresentada no ciclo construção de agenda.*/

B - 1 O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação). CERTO. O ciclo das políticas públicas envolve cinco estágios, que são: construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação. Na fase de formulação de políticas públicas, são realizados os planejamentos das ações que foram previstas na construção da agenda. É essencial, nessa fase, a realização de diagnóstico, isto é, levantamento e análise acerca do problema, a fim de elaborar as alternativas que podem ser aplicadas. A construção de objetivos torna-se importante para avaliar alternativas e futuras fases de decisão e avaliação das políticas públicas, ou seja, a fase inicial é fundamental para basear as seguintes, em torno de um sucesso totalizador. Existem reuniões, consultas públicas e audiências, além de análise administrativa, jurídica e financeira para discutir e considerar a eficácia dessas políticas públicas.*/

C - 1 O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação). Errado. A escolha do responsável para implementar modelos de racionalidade absoluta e limitada, incremental e de fluxos múltiplos deve ser realizada no ciclo tomada de decisão.*/

D - 1 O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação). Errado. A fase de transformar as intenções em ações concretas e verificar se os resultados alcançaram o público-alvo correspondem ao ciclo de implementação e avaliação de políticas públicas.*/

Questão 22

Assinale a opção que apresenta iniciativas que estão descritas no Decreto Federal n.º 10.160/2019 e que visam aprimorar ou elaborar mudanças administrativas.

- A) acesso às informações públicas e eficiência administrativa
- B) promoção da cultura administrativa e promoção da cultura financeira
- C) acesso aberto a todos os órgãos ministeriais, independentemente de justificativa, e combate à corrupção
- D) fim dos impedimentos de titulares de órgãos representados pelo governo aberto e fortalecimento da integridade pública

JUSTIFICATIVAS

A - 2 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade. 2.1 Governo Aberto (Decreto Federal n.º 10.160/2019 — institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto). CERTO. Acesso às informações públicas e eficiência administrativa são iniciativas descritas nos incisos I e VI do art. 3.º do DF n.º 10.160/2019. O art. 3.º do Decreto Federal n.º 10.160/2019 dispõe que os planos de ação nacional sobre o Governo Aberto contemplarão iniciativas, ações, projetos, programas e políticas públicas destinados: I) ao aumento da transparência; II) ao aprimoramento da governança pública; III) ao acesso às informações públicas; IV) à prevenção e ao combate à corrupção; V) à melhoria da prestação de serviços públicos; VI) à eficiência administrativa; e VII) ao fortalecimento da integridade pública.*/

B - 2 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade. 2.1 Governo Aberto (Decreto Federal n.º 10.160/2019 — institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto). Errado. O Decreto Federal n.º 10.160/2019 prevê em seu artigo 3.º as iniciativas que contemplarão os Planos Nacionais sobre Governo Aberto, como: aumento da transparência; aprimoramento da governança pública; acesso às informações públicas; prevenção e combate à corrupção; melhoria da prestação de serviços públicos; eficiência administrativa; fortalecimento da integridade pública. O caso em tela, uma promoção de cultura administrativa e financeira, inclui-se nos programas de conscientização política e social e não faz parte de políticas de Ação de Governo Aberto.*/

C - 2 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade. 2.1 Governo Aberto (Decreto Federal n.º 10.160/2019 — institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto). Errado. A opção está errada porque prevê somente a iniciativa descrita no inciso IV (combate a corrupção) do art. 3.º do DF n.º 10.160/2019. No caso em tela, o acesso aberto a todos os órgãos ministeriais depende de regras estabelecidas em Lei de Segurança Nacional. O Decreto Federal n.º 10.160/2019 prevê em seu artigo 3.º as iniciativas que contemplarão os Planos Nacionais sobre Governo Aberto, como: aumento da transparência; aprimoramento da governança pública; acesso às informações públicas; prevenção e combate à corrupção; melhoria da prestação de serviços públicos; eficiência administrativa; fortalecimento da integridade pública.*/

D - 2 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade. 2.1 Governo Aberto (Decreto Federal n.º 10.160/2019 — institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto). Errado. O Decreto Federal n.º 10.160/2019 prevê em seu artigo 3.º as iniciativas que

contemplarão os Planos Nacionais sobre Governo Aberto, como: aumento da transparência; aprimoramento da governança pública; acesso às informações públicas; prevenção e combate à corrupção; melhoria da prestação de serviços públicos; eficiência administrativa; fortalecimento da integridade pública. No caso em tela, fim de impedimentos reconhecidos em Lei e apresentados como regra eficiente da Administração Pública afrontam diretamente a transparência administrativa.*/*

Questão 23

Na gestão pública, é necessário definir prioridades e executar as tarefas elaboradas por metodologias e ferramentas de planejamento disponíveis e que visem direcionar os esforços administrativos em prol de resultados efetivos para a população. Uma metodologia utilizada constantemente na gestão pública denomina-se PDCA.

Considerando essas informações, assinale a opção que descreve os ciclos que compõem a metodologia PDCA.

- Ⓐ planejar as ações que se pretende implementar nas organizações públicas; executar as ações definidas; comunicar, para garantir que os esforços planejados sejam aproveitados pelo plano de ação; e agir com ações corretivas com base no acompanhamento das etapas definidas no planejamento
- Ⓑ pesquisar interesses e necessidades da sociedade brasileira; executar avaliações apresentadas na pesquisa; controlar os dados e ações definidas no planejamento; e agir com rigor para a efetividade do planejamento definido nos projetos de ação
- Ⓒ planejar as questões e segmentar suas características regionais; excluir as exceções que possam desestabilizar o projeto a ser implementado; confrontar ações previstas no planejamento; e ajustar tais ações por meio de avaliações constantes
- Ⓓ planejar as ações que se pretende implementar nas organizações públicas; executar as ações definidas no planejamento; controlar os resultados definidos nos planos de ação e monitorar o atingimento das metas estabelecidas no planejamento; e agir com ações corretivas com base no acompanhamento das etapas anteriores definidas no planejamento

JUSTIFICATIVAS

A - 3 Planejamento nas organizações públicas.

3.2 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).Errado. A opção está errada porque indica como ciclo a comunicação, que é uma ação definida no ciclo executar.*/*

B - 3 Planejamento nas organizações públicas.

3.2 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).Errado. A opção está errada porque indica como ciclo o pesquisar e o controlar, que, na realidade, fazem parte dos ciclos planejar e agir.*/*

C - 3 Planejamento nas organizações públicas.

3.2 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).Errado. A opção está errada porque indica como ciclo excluir e controlar, que são ações definidas para os ciclos executar e agir.*/*

D - 3 Planejamento nas organizações públicas.

3.2 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA)._CERTO. A opção está correta porque prevê todos os ciclos do PDCA para a elaboração de projetos na gestão pública: planejar as ações que se pretende implementar nas organizações públicas; executar as ações definidas no planejamento; controlar os resultados definidos nos planos de ação e monitorar o atingimento das metas estabelecidas no planejamento; e agir com ações corretivas com base no acompanhamento das etapas anteriores definidas no planejamento.*/*

Questão 24

A capacidade política do Estado de governar e decidir tem origem na sua legitimidade democrática e política apresentada à sociedade — a credibilidade do exercício do poder, o que contribui para o desenvolvimento e o emprego dos princípios da boa governança, como

- Ⓐ democracia, eficiência, probidade e transparência.
- Ⓑ *accountability*, eficácia, legitimidade e responsabilidade.
- Ⓒ equidade, legitimidade, eficiência e probidade.
- Ⓓ eficácia, transparência, legitimidade e *accountability*.

JUSTIFICATIVAS

A - 5 Princípios de governabilidade e governança.Errado. A opção está errada porque considera a democracia um princípio da boa governança, quando é apresentado em Lei como forma de Governo.*/*

B - 5 Princípios de governabilidade e governança.Errado. A opção está errada porque considera a eficácia como um princípio da boa governança. A eficácia está vinculada aos mecanismos de resultados da implementação de políticas públicas (a política pública foi eficaz, eficiente e efetiva no planejamento da organização pública).*/*

C - 5 Princípios de governabilidade e governança._CERTO. A governabilidade refere-se à capacidade política do Estado de governar e decidir suas ações de acordo com sua legitimidade democrática e política. Para ter governabilidade é necessário ter uma boa governança pela qual o poder é exercido na administração de recursos sociais e econômicos. Gerir a máquina pública não é tão simples, pois está presa nas funções básicas e deve seguir princípios determinados na Constituição Federal de 1988. São princípios da boa governança: legitimidade; equidade; responsabilidade; eficiência; probidade; transparência; *accountability*. Outra abordagem da boa governança se baseia nos seguintes princípios: relações éticas; conformidade (do que é prometido com o que é cumprido); transparência do setor público; efetiva prestação de contas (*accountability*). A opção está correta porque considera legitimidade, probidade, equidade e eficiência princípios da boa governança.*/*

D - 5 Princípios de governabilidade e governança.Errado. A eficácia está considerada como um princípio da boa governança. A eficácia está vinculada aos mecanismos de resultados da implementação de políticas públicas (a política pública foi eficaz, eficiente e efetiva no planejamento da organização pública).*/*

Questão 25

A gestão pública deve evitar a intermediação de interesses com uma boa governança de órgãos e entidades da administração pública. Para garantir a boa governança é necessário envolver algumas funções básicas que se encontram definidas em um referencial, compreendidas como mecanismos de legitimidade, equidade e transparência na atuação da gestão pública. São considerados referenciais básicos de governança organizacional, os mecanismos que visam

- I monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento dos planos.
- II avaliar o ambiente, os cenários o desempenho e os resultados.
- III direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos.
- IV desenvolver a democracia e o desenvolvimento mútuo da administração pública e da sociedade.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e IV.
- B** I, II e III.
- C** II, III e IV.
- D** I, III e IV.

JUSTIFICATIVAS

A - 5 Princípios de governabilidade e governança. 5.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).Errado. O item IV não indica uma função básica da governança apresentada no referencial.*/

B - 5 Princípios de governabilidade e governança. 5.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo)._CERTO. Os itens I, II e III apresentam funções básicas da governança, que auxiliam na transparência e evitam a intermediação de interesses na gestão pública.*/

C - 5 Princípios de governabilidade e governança. 5.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo). Errado. O item IV não indica uma função básica da governança apresentada no referencial.*/

D - 5 Princípios de governabilidade e governança. 5.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo). Errado. O item IV não indica uma função básica da governança apresentada no referencial.*/

Questão 26

No que se refere à implementação de políticas públicas, assinale a opção que apresenta mecanismos eficientes no combate à corrupção.

- A** fortalecimento do clientelismo; nepotismo; fortalecimento das práticas de controle interno e externo; melhorias no acesso às informações públicas
- B** fortalecimento do clientelismo; nepotismo; melhorias no acesso às informações públicas; fortalecimento do princípio da pessoalidade
- C** transparência dos atos promovidos pela administração pública; melhorias no acesso às informações públicas; fortalecimento do princípio da pessoalidade
- D** transparência dos atos promovidos pela administração pública; fortalecimento de práticas de controle interno e externo; melhorias no acesso às informações públicas

JUSTIFICATIVAS

A - 6 Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.Errado. A opção está errada porque prevê como mecanismos eficientes no combate à corrupção o fortalecimento do clientelismo e o nepotismo.*/

B - 6 Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.Errado. A opção está errada porque prevê como mecanismos eficientes no combate à corrupção o fortalecimento do clientelismo, o nepotismo e o fortalecimento do princípio da pessoalidade.*/

C - 6 Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.Errado. A opção está errada porque prevê como mecanismo eficiente no combate à corrupção o fortalecimento do princípio da pessoalidade.*/

D - 6 Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas._CERTO. A administração pública busca constantemente mudanças na sua gestão pública, no intuito de coibir os fatores que influenciam na incidência de corrupção e implementar melhorias na qualidade das políticas pública ofertadas à sociedade para o seu amplo desenvolvimento. São mecanismos eficientes no combate à corrupção: melhorias nas práticas de controle interno e externo, maior acesso às informações públicas, clareza e transparência na publicidade dos atos públicos, garantia da legalidade e impessoalidade dos atos públicos, controle nos atos, evitando o clientelismo e o nepotismo na administração. A corrupção é caracterizada como uma forma que viola a ética do serviço público, portanto as melhorias buscam o fortalecimento de mecanismos de controle da corrupção por meio de adoção de práticas que promovam a transparência, *accountability* e o controle social. A opção está correta porque prevê como melhoria a transparência dos atos promovidos pela administração pública; o fortalecimento de práticas de controle interno e externo; e as melhorias no acesso às informações públicas.*/

Questão 27

A Constituição Federal de 1988 determinou mudanças na forma de interação do Estado com a sociedade brasileira, introduzindo as instituições participativas, com as incorporações de cidadãos e de associações da sociedade civil na deliberação de políticas públicas. Entre as instituições participativas que podem auxiliar na elaboração das políticas públicas incluem-se

- I os conselhos nacionais.
- II os conselhos municipais na definição do orçamento público.
- III as conferências nacionais.
- IV as audiências públicas.
- V as associações da sociedade civil.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, III e V estão certos.
- B** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.
- D** Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - 7 Papel das instituições nas políticas públicas. Errado. Todas as instituições participativas citadas nos itens I, II, III, IV e V podem auxiliar na elaboração das políticas públicas. O termo instituição pode representar um conceito mais amplo que o de uma simples entidade, representando pessoas ou normas jurídicas. No caso, a instituição representa um tipo de estrutura social formada por indivíduos que, de forma participativa, buscam ideias, práticas ou até novas normas que possam gerar políticas públicas e criar mecanismos capazes de proteger a sociedade e garantir o seu desenvolvimento social ou sua manutenção em tempo de crises.*/*

B - 7 Papel das instituições nas políticas públicas. Errado. Todas as instituições participativas citadas nos itens I, II, III, IV e V podem auxiliar na elaboração das políticas públicas. O termo instituição pode representar um conceito mais amplo que o de uma simples entidade, representando pessoas ou normas jurídicas. No caso, a instituição representa um tipo de estrutura social formada por indivíduos que, de forma participativa, buscam ideias, práticas ou até novas normas que possam gerar políticas públicas e criar mecanismos capazes de proteger a sociedade e garantir o seu desenvolvimento social ou sua manutenção em tempo de crises.*/*

C - 7 Papel das instituições nas políticas públicas. Errado. Todas as instituições participativas citadas nos itens I, II, III, IV e V podem auxiliar na elaboração das políticas públicas. O termo instituição pode representar um conceito mais amplo que o de uma simples entidade, representando pessoas ou normas jurídicas. No caso, a instituição representa um tipo de estrutura social formada por indivíduos que, de forma participativa, buscam ideias, práticas ou até novas normas que possam gerar políticas públicas e criar mecanismos capazes de proteger a sociedade e garantir o seu desenvolvimento social ou sua manutenção em tempo de crises.*/*

D - 7 Papel das instituições nas políticas públicas. CERTO. Todas as instituições participativas citadas nos itens I, II, III, IV e V podem auxiliar na elaboração das políticas públicas. O termo instituição pode representar um conceito mais amplo que o de uma simples entidade, representando pessoas ou normas jurídicas. No caso, a instituição representa um tipo de estrutura social formada por indivíduos que, de forma participativa, buscam ideias, práticas ou até novas normas que possam gerar políticas públicas e criar mecanismos capazes de proteger a sociedade e garantir o seu desenvolvimento social ou sua manutenção em tempo de crises.*/*

Questão 28

Os indicadores de políticas públicas são instrumentos que podem identificar e medir aspectos relacionados à gestão e ao desempenho da administração pública. Para avaliar a gestão do fluxo de implementação do programa pela sua aplicação nas diferentes realidades e ações é necessário apresentar os indicadores classificados como

- A** pesquisa, processo, impacto, programa e resultado.
- B** insumo, processo, produto, resultado e impacto.
- C** planejamento, processo, insumo, produto e resultado.
- D** planejamento, insumo, produto, resultado e impacto.

JUSTIFICATIVAS

A - 8 Indicadores de políticas públicas. Errado. A classificação apresentada na opção A está errada porque apresenta pesquisa e programa como indicadores de gestão de fluxo de implementação do programa.*/*

B - 8 Indicadores de políticas públicas. CERTO. Distinguem-se os indicadores de gestão de fluxo de implementação do programa pela sua aplicação para mensurar diferentes realidades, ações ou resultados, nas diferentes fases do ciclo de gestão do programa; e podem ser classificados como insumo: indicador de disponibilidade de recurso humano, material, financeiro e outros a serem utilizados pelas ações do governo; processo: indicador que mede o nível de utilização dos insumos alocados; produto: indicador que expressa a entrega do produto ou serviço ao público-alvo do programa; resultado: indicador que expressa os benefícios observados no público-alvo decorrente das ações empreendidas no contexto do programa; e o impacto: indicador que mede os efeitos das estratégias governamentais de médio e longo prazo. Portanto, a classificação apresentada na opção B demonstra corretamente a classificação dos indicadores de gestão de fluxo de implementação de programas.*/*

C - 8 Indicadores de políticas públicas. Errado. A classificação apresentada na opção C está errada porque apresenta o planejamento como um indicador de gestão de fluxo de implementação do programa.*/*

D - 8 Indicadores de políticas públicas. Errado. A classificação apresentada na opção D está errada porque apresenta o planejamento como um indicador de gestão de fluxo de implementação do programa em sua classificação.*/*

Questão 29

Vários indicadores podem ser utilizados para avaliar o desempenho das políticas públicas. Entre esses indicadores, é comum as avaliações apresentarem seus referentes de

- A** produto, eficácia, resultado e economicidade da política pública.
- B** processo, eficiência, eficácia e resultado da política pública.
- C** processo, produto, eficiência e efetividade da política pública.
- D** efetividade, eficácia, eficiência e economicidade da política pública.

JUSTIFICATIVAS

A - 8 Indicadores de políticas públicas. Errado. A opção está errada porque apresenta indicadores de gestão do fluxo de implementação de políticas públicas (produto e resultado), o que difere dos indicadores de avaliação do desempenho das políticas públicas.*/*

B - 8 Indicadores de políticas públicas. Errado. A opção está errada porque apresenta indicadores de gestão do fluxo de implementação de políticas públicas (processo e resultado), o que difere dos indicadores de avaliação do desempenho das políticas públicas.*/*

C - 8 Indicadores de políticas públicas. Errado. A opção está errada porque apresenta indicadores de gestão do fluxo de implementação de políticas públicas (processo e produto), o que difere dos indicadores de avaliação do desempenho das políticas públicas.* /

D - 8 Indicadores de políticas públicas. CERTO. Os indicadores nos permitem colher informações sobre uma realidade empírica que retrata os resultados de um programa ou projeto implementado em prol da sociedade. A avaliação de uma política pública utilizar a informação para mensurar os resultados, desempenho e impactos das ações propostas pelo gestor público. Os indicadores retratam fatos que se constituem em evidências da obtenção dos resultados e dos benefícios esperados dos programas e projetos. Os indicadores avaliativos são utilizados para agregar informações que permitam realizar análises e observações da relevância das ações, e mensurar os resultados alcançados na implementação do programa e projeto. O gestor público precisa implementar programas sociais que alcancem o cidadão e só é possível mensurar os efeitos pela análise dos indicadores de avaliação de desempenho das políticas públicas. Os instrumentos utilizados para a avaliação de desempenho são: Indicadores de Eficácia, Eficiência, Efetividade e Economicidade. A utilização de indicadores para a avaliação do desempenho das políticas públicas permite a manutenção ou a correção dos programas e projetos e a sua divulgação de forma clara permitem que o cidadão tenha pleno acesso as informações, a metodologia empregada e os resultados alcançados, tornando-se um instrumento democrático de controle sobre a ação dos governos e dos gestores públicos. A lista de critérios é longa e a escolha de um, ou vários deles, depende do que se deseja privilegiar na avaliação. O manual da Unicef, listam os mais comuns: eficiência, eficácia, impacto (efetividade), sustentabilidade, análise custo-efetividade, satisfação do usuário, equidade. A literatura de avaliação de políticas públicas costuma distingui-la em termos de sua eficácia, eficiência e efetividade, recurso analítico destinado a separar aspectos distintos dos objetivos, da abordagem e dos métodos e técnicas de avaliação (economicidade).* /

Questão 30

Considerando a gestão por resultados de serviços públicos, assinale a opção que apresenta um dos objetivos básicos exigidos para a implantação da gestão por resultados na produção de serviços públicos.

- A desenvolver o processo de *accountability* na administração pública
- B proibir a participação da sociedade na administração pública
- C restringir o acesso a informações relacionadas à identificação de áreas críticas do serviço público
- D limitar a autonomia aos executores das políticas públicas

JUSTIFICATIVAS

A - 4 Gestão por resultados na produção de serviços públicos. CERTO. A opção apresenta um dos objetivos básicos exigidos para a implantação da gestão por resultados na produção de serviços públicos. Outros objetivos são apresentados, como: fornecer subsídios aos administradores públicos, para que possam maximizar o processo de criação de valor, a fim de atingir um melhor resultado governamental; promover e desenvolver mecanismos internos que melhorem o desempenho dos dirigentes e serviços públicos, fomentando a efetividade dos organismos governamentais; garantir a otimização do uso dos recursos públicos na produção e distribuição de bens públicos; e

ajudar na alocação descentralizada de objetivos e responsabilidades bem como na avaliação do desempenho daqueles que exercem as funções gerenciais — com o correspondente uso de incentivos e sanções.* /

B - 4 Gestão por resultados na produção de serviços públicos. Errado. Porque apresenta um dos requisitos para a implantação da gestão por resultados, diferente dos objetivos exigidos para a viabilidade da gestão por resultados na produção dos serviços públicos. Esse requisito básico é reconhecido na literatura como controle social. A participação da sociedade é fundamental na busca por resultados e transparência da gestão pública. Sem o envolvimento do cidadão a gestão por resultados tende a perder o foco e diminuir a criação de valor público.* /

C - 4 Gestão por resultados na produção de serviços públicos. Errado. A informação constitui um dos requisitos básicos da gestão por resultados e é um dos mecanismos necessários e que favorecem a tomada de decisões e o desenvolvimento do conhecimento. É preciso conhecer e, de forma transparente, demonstrar ao cidadão e à sociedade quais as áreas críticas do serviço público. Aliás, o próprio cidadão conhece e reconhece essas áreas críticas e essa identificação, com o auxílio do controle social, garante a criação de estratégias e as tomadas de decisão. Qualquer boicote de informações tende a distorcer a sustentabilidade e o desenvolvimento da gestão por resultados.* /

D - 4 Gestão por resultados na produção de serviços públicos. Errado. A gestão por resultados possui características básicas que integram o modelo. No caso em tela, a gestão por resultados confere grande autonomia processual aos agentes executores e é necessária para estabelecer e alcançar os resultados desejados. Conceder autonomia aos executores/implementadores de políticas públicas é uma característica integrante do modelo de gestão por resultados na produção de serviços públicos.* /

Questão 31

Relativamente às funções do orçamento público, é correto afirmar que a função

- A pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.
- B deve evidenciar a natureza da atuação governamental.
- C reflete as estruturas organizacional e administrativa.
- D tem por finalidade identificar se a despesa pertence ao orçamento fiscal, da seguridade social ou de investimento das empresas estatais.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 30, a função [tabela no item 10.2.2.] pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.* /

B - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 30, a função [tabela no item 10.2.2.] pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A subfunção [tabela no item 10.2.2.] representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar a natureza da atuação governamental.* /

C - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 30, a função [tabela no item 10.2.2.] pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A classificação institucional [tabela no item 10.2.1.], na União, reflete as estruturas organizacional e administrativa.* /

D - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 30, a função [tabela no item 10.2.2.] pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Na LOA, a esfera tem por finalidade identificar se a despesa pertence ao Orçamento Fiscal (F), da Seguridade Social (S) ou de Investimento das Empresas Estatais (I).*/

Questão 32

Acerca dos princípios do orçamento público, é correto afirmar que, de acordo com o princípio da universalidade,

- A a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- B a lei orçamentária anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todas as entidades instituídas e mantidas pelo poder público.
- C o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (1.º de janeiro a 31 de dezembro).
- D o registro das receitas e despesas na lei orçamentária anual deverá ser feito pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Segundo o no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 17, de acordo com o Princípio da Universalidade a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todas as entidades instituídas e mantidas pelo poder público. O princípio da exclusividade, previsto no § 8º do art. 165 da CF, estabelece que a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.*/

B - CERTO. Segundo o no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 17, de acordo com o Princípio da Universalidade a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todas as entidades instituídas e mantidas pelo poder público.*/

C - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 17, de acordo com o Princípio da Universalidade a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todas as entidades instituídas e mantidas pelo poder público. Conforme o Princípio da Anualidade ou Periodicidade, o exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA.*/

D - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 17, de acordo com o Princípio da Universalidade a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todas as entidades instituídas e mantidas pelo poder público. O princípio do orçamento bruto, previsto no art. 6º da Lei nº 4.320, de 1964, preconiza o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.*/

Questão 33

A vigência dos créditos adicionais suplementares no âmbito do orçamentário público brasileiro

- A limita-se ao exercício financeiro em que os créditos foram abertos, não sendo admitida prorrogação (reabertura).
- B se esgota com o fim do exercício financeiro em que os créditos foram abertos, mas a reabertura dos seus saldos é permitida para o exercício seguinte.
- C não se limita ao exercício financeiro em que os créditos foram abertos e a reabertura dos seus saldos é admitida para o exercício seguinte.
- D não se esgota com o fim do exercício financeiro em que os créditos foram abertos e não é admitida a sua prorrogação (reabertura).

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 138, a vigência dos créditos

suplementares limita-se ao exercício financeiro em que foram abertos, não sendo admitida prorrogação (reabertura).*/

B - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 138, a vigência dos créditos suplementares limita-se ao exercício financeiro em que foram abertos, não sendo admitida prorrogação (reabertura).*/

C - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 138, a vigência dos créditos suplementares limita-se ao exercício financeiro em que foram abertos, não sendo admitida prorrogação (reabertura).*/

D - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 138, a vigência dos créditos suplementares limita-se ao exercício financeiro em que foram abertos, não sendo admitida prorrogação (reabertura).*/

Questão 34

Relativamente à programação e execução orçamentária e financeira, a primeira etapa da descentralização de recursos financeiros é denominada

- A cota.
- B duodécimo.
- C repasse.
- D sub-repasse.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. De acordo como o disposto na 9 edição do MCASP, página 76, a cota é a primeira etapa da descentralização de recursos financeiros, caracterizada pela transferência de recursos do órgão central de programação financeira para os órgãos setoriais do sistema.*/

B - ERRADO. De acordo como o disposto na 9 edição do MCASP, página 76, a cota é a primeira etapa da descentralização de recursos financeiros, caracterizada pela transferência de recursos do órgão central de programação financeira para os órgãos setoriais do sistema.*/

C - ERRADO. De acordo como o disposto na 9 edição do MCASP, página 76, a cota é a primeira etapa da descentralização de recursos financeiros, caracterizada pela transferência de recursos do órgão central de programação financeira para os órgãos setoriais do sistema.*/

D - ERRADO. De acordo como o disposto na 9 edição do MCASP, página 76, a cota é a primeira etapa da descentralização de recursos financeiros, caracterizada pela transferência de recursos do órgão central de programação financeira para os órgãos setoriais do sistema.*/

Questão 35

Com relação à classificação das receitas públicas por fonte/destinação, a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros

- A não pode ocorrer.
- B pode ocorrer se houver o aval do tribunal de contas a cuja jurisdição o ente federado esteja submetido.
- C pode ocorrer a qualquer tempo e sempre que houver necessidade.
- D pode ocorrer apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 27, nas alterações orçamentárias, o grupo de fonte indica se os recursos pertencem ao exercício corrente ou a exercícios anteriores. Nessa premissa, apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações, ocorre a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros, de maneira a haver a conciliação da execução orçamentária e financeira nesses créditos específicos.*/

B - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 27, nas alterações orçamentárias, o

grupo de fonte indica se os recursos pertencem ao exercício corrente ou a exercícios anteriores. Nessa premissa, apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações, ocorre a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros, de maneira a haver a conciliação da execução orçamentária e financeira nesses créditos específicos*/

C - ERRADO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 27, nas alterações orçamentárias, o grupo de fonte indica se os recursos pertencem ao exercício corrente ou a exercícios anteriores. Nessa premissa, apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações, ocorre a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros, de maneira a haver a conciliação da execução orçamentária e financeira nesses créditos específicos*/

D - CERTO. Segundo o disposto no Manual Técnico de Orçamento 2023, página 27, nas alterações orçamentárias, o grupo de fonte indica se os recursos pertencem ao exercício corrente ou a exercícios anteriores. Nessa premissa, apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações, ocorre a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros, de maneira a haver a conciliação da execução orçamentária e financeira nesses créditos específicos.*

Questão 36

Considere que, no dia 31 de dezembro de determinado exercício financeiro, o prazo para cumprimento de uma obrigação assumida pelo credor esteja vigente (despesa a liquidar). Nesse caso, essa despesa deverá ser

- A cancelada.
- B inscrita como restos a pagar processados.
- C inscrita como restos a pagar não processados.
- D reconhecida como despesas de exercícios anteriores.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com a 9ª edição do MCASP, página 135, serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: (i) o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente (despesa a liquidar).*/

B - ERRADO. De acordo com a 9ª edição do MCASP, página 135, serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: (i) o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente (despesa a liquidar).*/

C - CERTO. De acordo com a 9ª edição do MCASP, página 135, serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: (i) o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente (despesa a liquidar).*/

D - ERRADO. De acordo com a 9ª edição do MCASP, página 135, serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: (i) o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente (despesa a liquidar).*/

Questão 37

Ao longo do exercício financeiro, o registro contábil da despesa orçamentária deve ser realizado no momento de

- A sua fixação.
- B seu empenho.
- C sua liquidação.
- D seu pagamento.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. De acordo com o disposto na 9ª edição do MCASP, página 134, o registro da despesa orçamentária ao longo do exercício deve ser realizado nas contas de natureza de informação orçamentária no momento do empenho, ao passo que

nas contas de natureza de informação patrimonial deve-se verificar a necessidade de assunção de passivo financeiro, de acordo com a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial.*

B - CERTO. De acordo com o disposto na 9ª edição do MCASP, página 134, o registro da despesa orçamentária ao longo do exercício deve ser realizado nas contas de natureza de informação orçamentária no momento do empenho, ao passo que nas contas de natureza de informação patrimonial deve-se verificar a necessidade de assunção de passivo financeiro, de acordo com a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial.*

C - ERRADO. De acordo com o disposto na 9ª edição do MCASP, página 134, o registro da despesa orçamentária ao longo do exercício deve ser realizado nas contas de natureza de informação orçamentária no momento do empenho, ao passo que nas contas de natureza de informação patrimonial deve-se verificar a necessidade de assunção de passivo financeiro, de acordo com a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial.*

D - ERRADO. De acordo com o disposto na 9ª edição do MCASP, página 134, o registro da despesa orçamentária ao longo do exercício deve ser realizado nas contas de natureza de informação orçamentária no momento do empenho, ao passo que nas contas de natureza de informação patrimonial deve-se verificar a necessidade de assunção de passivo financeiro, de acordo com a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial.*

Questão 38

De acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo

- A não será admitida.
- B será admitida em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- C será admitida quando houver quórum de maioria absoluta na composição da referida casa legislativa.
- D somente será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Segundo o disposto no art. 12, § 1º, da LRF, a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.*

B - ERRADO. Segundo o disposto no art. 12, § 1º, da LRF, a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.*

C - ERRADO. Segundo o disposto no art. 12, § 1º, da LRF, a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.*

D - CERTO. Segundo o disposto no art. 12, § 1º, da LRF, a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.*

Questão 39

De acordo com o disposto na LRF acerca da disponibilização de informações contábeis, orçamentárias e fiscais para amplo acesso público, os entes federados brasileiros devem observar a periodicidade, o formato e o sistema estabelecidos

- A** pelos tribunais de contas a cuja jurisdição estiverem submetidos.
- B** pelo órgão central de contabilidade da União.
- C** pela Secretaria de Orçamento Federal.
- D** pela Controladoria-Geral da União.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Segundo o disposto no art. 48, § 2º, da LRF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.* /

B - CERTO. Segundo o disposto no art. 48, § 2º, da LRF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.* /

C - ERRADO. Segundo o disposto no art. 48, § 2º, da LRF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.* /

D - ERRADO. Segundo o disposto no art. 48, § 2º, da LRF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.* /

Questão 40

Sobre a apuração do montante da dívida consolidada, a verificação do atendimento ao limite disposto na LRF será efetuada ao final de cada

- A** mês.
- B** bimestre.
- C** quadrimestre.
- D** semestre.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Segundo o disposto no art. 30, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre.* /

B - ERRADO. Segundo o disposto no art. 30, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre.* /

C - CERTO. Segundo o disposto no art. 30, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre.* /

D - ERRADO. Segundo o disposto no art. 30, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre